

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**

PATRÍCIA MARIA RIBEIRO ARAÚJO

**DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AGENDAS
GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO NA PLATAFORMA NETESCOLA DE
SUPORTE AO ENSINO PÚBLICO DE GOIÁS**

**GOIÂNIA-GO
2025**

PATRÍCIA MARIA RIBEIRO ARAÚJO

**DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AGENDAS
GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO NA PLATAFORMA NETESCOLA DE
SUPORTE AO ENSINO PÚBLICO DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional (MDR) do Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Educação e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Cintia Neves Godoi.

**GOIÂNIA-GO
2025**

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

A663d

Araújo, Patrícia Maria Ribeiro.

Desenvolvimento e educação : uma investigação sobre agendas globais de desenvolvimento na plataforma NetEscola de suporte ao ensino público de Goiás. / Patrícia Maria Ribeiro Araújo. – 2025.

89 f.: il. 30cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cintia Neves Godoi.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) – Goiânia, 2025.

1. NetEscola. 2. Desenvolvimento regional. 3. Educação pública. 4. Estado de Goiás. I. Godoi, Cintia Neves. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 37.014(817.3)

Patrícia Maria Ribeiro Araújo

**DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AGENDAS
GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO NA PLATAFORMA NETESCOLA DE
SUPORTE AO ENSINO PÚBLICO DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional (MDR) do Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA, aprovada em 22 de maio de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cintia Neves Godoi
Presidente da Banca
Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA

Profa. Dra Aline Valverde Arroteia
Membro convidado Interno
Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA

Profa. Dra. Letícia Paludo Vargas
Membro convidado Externo
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado de uma jornada repleta de aprendizados, desafios superados e valiosas contribuições recebidas ao longo do caminho. A cada pessoa que, de forma direta ou indireta, fez parte dessa trajetória, registro aqui minha mais sincera e profunda gratidão.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela força inabalável que me sustentou, pela resiliência nos momentos difíceis e pela fé que iluminou cada passo, transformando obstáculos em degraus e permitindo que cada conquista fosse celebrada com plenitude.

À minha família, meu alicerce e refúgio, expresso meu amor e reconhecimento. Vocês são o porto seguro que me sustenta e a base de tudo aquilo que sou.

Aos amigos, que estiveram presentes com palavras de incentivo, gestos de carinho, escuta atenta ou pela leveza dos momentos de descontração, o meu muito obrigado.

Um agradecimento especial e afetuoso à Professora Doutora Cintia Neves Godoi, minha orientadora, por sua competência, generosidade, dedicação incansável e paciência. Sua orientação foi fundamental para a concretização deste trabalho. Sou imensamente grata pelos ensinamentos, pelos desafios propostos que impulsionaram meu crescimento e, sobretudo, pela sua confiança inabalável no meu potencial.

Agradeço, também, aos professores que gentilmente aceitaram compor a banca examinadora, bem como a todos os docentes que, ao longo da minha formação, contribuíram com reflexões, questionamentos e sugestões que enriqueceram profundamente esta pesquisa.

A todos vocês, a minha eterna gratidão!

*"A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas.
Pessoas transformam o mundo".
(Paulo Freire)*

RESUMO

Esta dissertação, desenvolvida no âmbito da linha de pesquisa Educação e Desenvolvimento Regional, teve como objetivo analisar a inter-relação entre as agendas globais de desenvolvimento no ensino público do estado de Goiás, e a coerência entre os princípios estabelecidos por essas agendas e a concepção de desenvolvimento promovida no contexto educacional do estado, especialmente na plataforma Net Escola - Ser Goiás, vinculada à Secretaria de Educação do Estado de Goiás, avaliando a coerência entre seus princípios e a concepção de desenvolvimento promovida no contexto educacional local. As perguntas norteadoras indagaram quais são os principais princípios das agendas globais de desenvolvimento, como a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e como ferramentas oriundas de políticas brasileiras abordam o desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. Os objetivos específicos compreenderam: estudar as agendas globais de desenvolvimento, como a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase nos princípios relacionados à educação ambiental; identificar e analisar a concepção de desenvolvimento presente no ensino público de Goiás, com base em documentos normativos e orientadores; e avaliar a coerência entre os princípios das agendas globais de desenvolvimento no ensino público de Goiás, considerando o material pedagógico da referida Plataforma. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada em análise documental de textos normativos, agendas internacionais e objetos de conhecimento da NetEscola, com foco específico na integração dos ODS. Os resultados evidenciaram que a Plataforma apresenta objetos de conhecimento alinhados a diversos ODS, especialmente em componentes curriculares como Geografia e História, com materiais sobre sustentabilidade, crises ambientais e desenvolvimento tecnológico. Contudo, foram identificadas algumas lacunas: a abordagem da Agenda 2030 é fragmentada e restrita ao projeto "Só Vem Enem"; há ausência de contextualização regional que relacione os ODS aos desafios locais de Goiás, como o Plano Goiás 2030; e falta transversalidade explícita nos demais componentes curriculares. Recomenda-se a ampliação da Plataforma para todas as etapas de ensino, a criação de seções dedicadas aos ODS com integração interdisciplinar, a inclusão de documentos oficiais sobre o compromisso brasileiro com a Agenda 2030 e a formação docente para efetivar essa articulação, visando consolidar a NetEscola como ferramenta estratégica na promoção de uma educação crítica e alinhada ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Educação pública. Goiás. Plataforma NetEscola.

ABSTRACT

This dissertation, developed within the scope of the Education and Regional Development research line, aimed to analyze the interrelationship between global development agendas in public education in the state of Goiás, and the coherence between the principles established by these agendas and the conception of development promoted in the state's educational context, particularly on the Net Escola - Ser Goiás platform, linked to the Goiás State Department of Education. The guiding questions addressed the main principles of global development agendas, such as the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals (SDGs), and how tools originating from Brazilian policies address development and sustainable development. The specific objectives included: studying global development agendas, such as the 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals (SDGs), with an emphasis on principles related to environmental education; To identify and analyze the development concept present in public education in Goiás, based on normative and guiding documents; and to assess the coherence between the principles of global development agendas in public education in Goiás, considering the pedagogical materials of the aforementioned Platform. Methodologically, a qualitative, exploratory, and descriptive approach was adopted, based on documentary analysis of normative texts, international agendas, and NetEscola knowledge objects, with a specific focus on the integration of the SDGs. The results showed that the Platform presents knowledge objects aligned with several SDGs, especially in curricular components such as Geography and History, with materials on sustainability, environmental crises, and technological development. However, some gaps were identified: the approach to the 2030 Agenda is fragmented and restricted to the "Só Vem Enem" project; there is a lack of regional contextualization that relates the SDGs to local challenges in Goiás, such as the Goiás 2030 Plan; and there is a lack of explicit transversality in the other curricular components. It is recommended that the Platform be expanded to all stages of education, that sections dedicated to the SDGs be created with interdisciplinary integration, that official documents be included on Brazil's commitment to the 2030 Agenda, and that teacher training be provided to implement this articulation, aiming to consolidate NetEscola as a strategic tool in promoting critical education aligned with sustainable development.

Keywords: Regional development. Public education. Goiás. NetEscola platform.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página inicial da Plataforma NetEscola.....	53
Figura 2 – Acesso a dados por parte dos professores	54
Figura 3 – ODS na Plataforma NetEscola	57
Figura 4 – Temas relacionados com desenvolvimento na Plataforma NetEscola	57
Figura 5 – Modelo de Ficha de Planejamento de História do 7º ano.....	59
Figura 6 – Modelo de Ficha de Planejamento de Geografia do 9º ano	59
Figura 7 – Resultado da busca pelo termo “agenda 20230”	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais eventos e documentos vinculados às agendas do desenvolvimento conforme a Biblioteca Dag Hammarskjöld da ONU	18
Quadro 2 – Variáveis para diagnóstico	48
Quadro 3 – Relação dos ODS com o NetEscola.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matrículas iniciais em 2023	50
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

APed	- Assessoria Pedagógica
BIRD	- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
COTEC	- Colégio Tecnológico do Estado de Goiás
CREs	- Coordenações Regionais de Educação
DC-GO	- Documento Curricular para Goiás
DCNs	- Diretrizes Curriculares Nacionais
ECAFE	- Comissão Econômica para a Ásia e o Extremo Oriente
ECE	- Comissão Econômica para a Europa
ECOSOC	- Conselho Econômico e Social
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	- Estados Unidos da América
FAO	- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAO	- Organização da Aviação Civil Internacional
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEDE	- Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	- Língua Brasileira de Sinais
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEEC	- Organização para a Cooperação Econômica Europeia
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OMC	- Organização Mundial do Comércio
OMM	- Organização Meteorológica Mundial
OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PARFOR	- Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	- Plano Nacional de Educação
PNEEPEI	- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEDUC-GO	- Secretaria de Educação do Estado de Goiás
SEE	- Secretaria de Estado da Educação
UFG	- Universidade Federal de Goiás
UIT	- União Internacional das Telecomunicações
UNCTAD	- Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPU	- União Postal Universal
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO E A AGENDA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	17
1.1 AS AGENDAS DO DESENVOLVIMENTO	18
1.1.1 A Primeira Década do Desenvolvimento.....	21
1.1.2 A Segunda Década do Desenvolvimento.....	22
1.1.3 A Terceira Década do Desenvolvimento	24
1.1.4 Os Relatórios de Desenvolvimento Humano	26
1.2 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO	32
1.3 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	34
1.4 ANÁLISE CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO	40
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA.....	46
CAPÍTULO 3 – RESULTADOS	50
3.1 A EDUCAÇÃO EM GOIÁS	50
3.2 A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS	51
3.3 PLATAFORMA NETESCOLA – SER GOIÁS.....	53
3.4 ANÁLISE DO CONTEÚDO DA AGENDA 2030 NA PLATAFORMA NETESCOLA	55
3.5 DESAFIOS PARA A PLATAFORMA NETESCOLA	62
3.6 RELATÓRIO DIAGNÓSTICO COM RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS.....	76
ANEXOS	80
ANEXO A – PLATAFORMA NETESCOLA	80

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, desenvolvida na linha de pesquisa Educação e Desenvolvimento Regional, tem como objetivo geral analisar a inter-relação entre as agendas globais de desenvolvimento no ensino público do estado de Goiás, e a coerência entre os princípios estabelecidos por essas agendas e a concepção de desenvolvimento promovida no contexto educacional do estado, especialmente na plataforma Net Escola - Ser Goiás, vinculada à Secretaria de Educação do Estado de Goiás.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa concentra-se, particularmente, na análise do conteúdo disponibilizado na Plataforma NetEscola – Ser Goiás, vinculada à Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC-GO). Nesse sentido, os objetivos específicos são: (i) estudar as agendas globais de desenvolvimento, como a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase nos princípios relacionados à educação ambiental; (ii) identificar e analisar a concepção de desenvolvimento presente no ensino público de Goiás, com base em documentos normativos e orientadores; e (iii) avaliar a coerência entre os princípios das agendas globais de desenvolvimento no ensino público de Goiás, considerando o material pedagógico da referida Plataforma.

Para a pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental de textos normativos produzidos nas últimas décadas, com vistas a subsidiar a discussão sobre a educação sustentável no âmbito das políticas públicas. Além disso, investigou-se como essa temática tem sido abordada por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), articulando essas diretrizes com a realidade brasileira, especialmente no contexto do estado de Goiás, no período compreendido entre 2023 e 2025.

Atualmente, vivencia-se uma multiplicidade de problemas ambientais que ocorrem simultaneamente em diversas escalas. Para compreendê-los de maneira mais ampla e crítica, é preciso discutir as noções de desenvolvimento e sustentabilidade. Nesse contexto, a formação ecológica revela-se cada vez mais necessária, sobretudo diante das crises geradas por um modelo de sociedade altamente poluente e insustentável. Diante disso, um ensino ambiental consistente deve considerar as agendas de desenvolvimento e analisar de que forma instituições

diversas têm se posicionado frente a essa crise civilizatória.

Essa abordagem pedagógica voltada à sustentabilidade tem por finalidade promover transformações culturais, sociais e econômicas, ao mesmo tempo em que busca modificar padrões de comportamento pautados no consumismo e na exploração indiscriminada dos recursos naturais. Por isso, deve estar presente em todos os níveis e etapas da formação, envolvendo ativamente professores, estudantes e comunidade escolar em geral.

Para tanto, é imprescindível fomentar espaços de discussão e reflexão sobre a importância da sustentabilidade para o futuro da humanidade, especialmente no âmbito da educação formal, na qual se consolidam conhecimentos específicos sobre o meio ambiente.

A presente pesquisa propõe-se a analisar os esforços empreendidos em prol da formação ambiental crítica no ensino público de Goiás, com ênfase na verificação da consonância entre os documentos normativos de referência e as agendas globais de desenvolvimento, como a Agenda 2030. Entende-se que a educação sustentável contribui para a formação de cidadãos conscientes, ao oferecer oportunidades de aprendizado que favorecem a consolidação de atitudes voltadas à ação responsável. Nesse sentido, as instituições escolares precisam assumir o compromisso de promover atividades de reflexão crítica sobre o meio ambiente, incentivando práticas efetivas de proteção e recuperação ambiental.

Diante disso, esta investigação se orienta pelas seguintes perguntas norteadoras: quais são os principais princípios das agendas globais de desenvolvimento, como a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e como ferramentas oriundas de políticas brasileiras abordam o desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável?

O propósito é refletir sobre a relevância da sustentabilidade para o futuro da humanidade, reconhecendo que os desafios ambientais contemporâneos impõem a necessidade de se analisar criticamente a relação entre desenvolvimento e sustentabilidade. Nesse cenário, é indispensável que crianças e jovens tenham acesso a objetos de conhecimento que problematizem os modelos vigentes de sociedade, estimulem o debate sobre as agendas globais e provoquem reflexões a respeito da existência ou ausência de uma agenda nacional comprometida com o desenvolvimento sustentável.

A trajetória desta pesquisa inclui, inicialmente, uma discussão teórica e

conceitual sobre desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030. Em seguida, são analisados documentos recentes produzidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre educação ambiental. Por fim, é realizado um levantamento das ocorrências e concepções de educação ambiental presentes no Documento Curricular para Goiás (DC-GO), com o objetivo de contrastar os debates internacionais com as propostas pedagógicas formuladas como referência para a educação formal no estado.

Ressalta-se que a educação ambiental é de fundamental importância, especialmente em um cenário global marcado por crises socioambientais resultantes de práticas poluentes, do acelerado desenvolvimento econômico e dos efeitos da globalização. O ensino formal, nesse contexto, deve ir além da mera transmissão de informações e conceitos, engajando professores, estudantes e comunidade em reflexões críticas e em ações concretas voltadas à proteção e à preservação ambiental.

Como resultados parciais já observados, destaca-se o potencial da educação ambiental nas escolas como elemento importante para a formação de cidadãos conscientes, capazes de compreender as complexas questões socioambientais e comprometer-se com a preservação da vida em todas as suas dimensões. Por esse motivo, faz-se necessário analisar se os documentos orientadores da educação no estado de Goiás apresentam propostas pedagógicas que superem a abordagem conteudista, promovendo, de fato, a formação de valores, atitudes e perspectivas transformadoras diante dos desafios contemporâneos.

A estrutura desta dissertação está organizada em três capítulos. O Capítulo 1 desenvolve uma discussão teórica sobre as concepções de desenvolvimento e os fundamentos da Agenda 2030, com ênfase nas diretrizes da ONU para o desenvolvimento sustentável. O Capítulo 2 apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, incluindo os critérios de análise documental. No Capítulo 3, procede-se à análise da organização da oferta da educação pública no estado de Goiás, com foco na Plataforma NetEscola – Ser Goiás, vinculada à SEDUC-GO, observando, em especial, a presença e o tratamento conferido à temática da educação ambiental. Ao final, são apresentadas considerações e sugestões decorrentes da investigação realizada.

CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO E A AGENDA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A ONU foi fundada em 1945, nos Estados Unidos da América (EUA), e, desde sua criação, o desenvolvimento tem figurado entre suas pautas centrais. Essa temática passou a integrar as discussões multilaterais, com o objetivo de promover maior assistência às populações, sobretudo nos países-membros, ampliando o debate sobre estratégias e caminhos para a melhoria das condições de vida em âmbito global.

As discussões promovidas pela ONU em torno do desenvolvimento têm como foco a melhoria da qualidade de vida, considerando de forma integrada os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Nesse sentido, a organização consolidou-se como uma das pioneiras na formulação e promoção da ideia de desenvolvimento sustentável (ou simplesmente, sustentabilidade), conceito que busca articular crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável ganhou força no cenário internacional sobretudo após os conflitos da Segunda Guerra Mundial (1939–1945) e da Guerra Fria (1947–1991). A partir desses eventos, teve início um processo denominado de Revolução Tecnológica, que introduziu novas concepções econômicas fortemente influenciadas pelo modelo capitalista. Conforme apontam Machado e Matsushita (2019), os países ocidentais, mais ricos e desenvolvidos, passaram a organizar e disseminar seus ideais, impondo padrões culturais, econômicos e sociais aos países mais pobres. Esse processo gerou transformações significativas nos hábitos e modos de vida desses países, que, ao mesmo tempo em que se tornaram consumidores, também foram integrados como produtores no sistema global, ofertando bens e serviços aos países centrais.

Como consequência, observou-se a reprodução do estilo de vida das grandes potências em diversos países em desenvolvimento, implicando mudanças nos hábitos cotidianos: desde o modo de vestir até crenças e valores culturais. Essa homogeneização cultural, impulsionada pela globalização e pelo avanço tecnológico, reforçou desigualdades históricas e acentuou os impactos ambientais decorrentes de um modelo de crescimento econômico pouco sustentável.

Diante desse cenário, e considerando tanto os avanços quanto os retrocessos observados no processo de globalização, a ONU vem pautando o desenvolvimento

como uma prioridade em suas ações. O objetivo é promover a elevação do padrão de vida mundial, com ênfase na erradicação da pobreza, no combate à fome e às doenças, na superação do analfabetismo e na consolidação do princípio da igualdade entre os povos.

Nos tópicos seguintes, serão abordadas as principais agendas internacionais de desenvolvimento, desde sua formulação inicial, com base nos documentos produzidos pela ONU desde 1945. Serão analisadas, ainda, as três décadas do desenvolvimento, os relatórios de progresso, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, por fim, os ODS, que compõem a Agenda 2030.

1.1 AS AGENDAS DO DESENVOLVIMENTO

Quadro 1 – Principais eventos e documentos vinculados às agendas do desenvolvimento conforme a Biblioteca Dag Hammarskjöld da ONU

1946	• Trygve Lie nomeado Secretário-Geral • Acordos de Agência Especializada com: FAO, OIT e UNESCO
1947	• Criação da ECE e ECAFE (hoje ESCAP) • Acordos de Agência Especializada com: ICAO e FMI
1948	• Criação da CEPAL • Acordos de Agência Especializada com: BIRD, UPU e OMS
1949	• Criação do Programa alargado de assistência técnica • Acordos de Agência Especializada com: UIT
1950	• Declarado o Dia dos Direitos Humanos em 10 de dezembro • Artigo: O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas
1951	• Relatório: Medidas para o desenvolvimento económico dos países subdesenvolvidos • Relatório: Medidas para a estabilidade económica internacional • Acordo de Agência Especializada com: OMM
1953	• Nomeação do novo secretário-geral: Dag Hammarskjöld
1954	• 1ª Conferência Mundial da População • Artigo: Fluxo internacional de capital privado • Relatório: Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Económico
1955	• Conferência Asiático-Africana (conferência não pertencente à ONU) • Relatório: O Programa Alargado de Assistência Técnica: uma Visão de Futuro
1957	• Acordo de Agência Especializada com: IFC • Financiamento para o Desenvolvimento Económico
1958	• Criação da CEA • Conferência sobre a Primeira Lei do Mar
1959	• Declarado o Ano Mundial do Refugiado • Declaração dos Direitos da Criança • Acordo de Agência Especializada com: IMO

Fonte: Adaptado de United Nations (2024a).

O Quadro 1 apresenta uma linha do tempo com os principais eventos e documentos vinculados às agendas do desenvolvimento, conforme dados da Biblioteca Dag Hammarskjöld da ONU:

A partir dessa cronologia, observa-se a formação e consolidação das agências especializadas voltadas ao desenvolvimento e à promoção dos direitos humanos, no período compreendido entre 1946 e 1959 (United Nations, 2024b).

Logo em 1946, ocorre a nomeação de Trygve Lie como secretário-geral da ONU. A partir de sua gestão, iniciam-se os primeiros acordos com agências especializadas, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a UNESCO.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome, a FAO “[...] lidera os esforços internacionais para derrotar a fome” (Brasil, 2022, n. p.). Seu objetivo é alcançar a segurança alimentar para todos, garantindo o acesso regular a alimentos de qualidade, suficientes para uma vida ativa e saudável. Já a OIT promove normas internacionais do trabalho, com foco na melhoria das condições laborais e na ampliação da proteção social, especialmente dos grupos mais vulneráveis. A UNESCO, por sua vez, tem o propósito de:

[...] contribuir para a paz e para a segurança, promovendo colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, para fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que são afirmados para os povos do mundo pela Carta das Nações Unidas, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião (UNESCO, 2002, p. 1).

Em 1947, foram criadas duas importantes comissões: a Comissão Econômica para a Europa (ECE), com o objetivo de fomentar a cooperação econômica entre os países-membros, e a Comissão Econômica para a Ásia e o Extremo Oriente (ECAFE, atualmente ESCAP), voltada à promoção do desenvolvimento econômico na região. Nesse mesmo ano, foram firmados acordos com outras agências especializadas, como a Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), responsável pelo desenvolvimento da aviação civil global, e o Fundo Monetário Internacional (FMI), voltado à cooperação monetária internacional e à promoção de uma economia global estável e sustentável.

No ano seguinte, em 1948, a ONU adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, marcando um compromisso formal com os direitos fundamentais

em âmbito global. Nesse contexto, também foi criada a Comissão Econômica para a América Latina, evidenciando a relevância atribuída à região nas agendas de desenvolvimento. Nesse mesmo período, avançaram as negociações com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a União Postal Universal (UPU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), com a consolidação de novos acordos.

Em 1949, instituiu-se o Programa Alargado de Assistência Técnica, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento dos países em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Também foi formalizado o acordo com a União Internacional das Telecomunicações (UIT), demonstrando o papel cada vez mais abrangente da ONU no apoio a diferentes setores do desenvolvimento. Ainda nesse ano, a organização passou a abordar com maior ênfase temas como emprego e condições econômicas mundiais.

O Dia dos Direitos Humanos foi oficialmente declarado em 10 de dezembro de 1950, refletindo a crescente relevância do tema nas pautas da ONU. No mesmo período, a América Latina começou a ganhar maior visibilidade nos relatórios da organização, que passaram a destacar os principais problemas sociais e econômicos enfrentados pela região.

Em 1951, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) foi incorporada à estrutura da ONU, denotando o reconhecimento da importância das ciências atmosféricas para o desenvolvimento global. Além disso, foram iniciadas a produção de relatórios destinados à realidade dos países subdesenvolvidos e ações para estabilização da economia internacional.

Em 1953, Dag Hammarskjöld foi nomeado secretário-geral da ONU, dando continuidade às iniciativas anteriores. No ano seguinte, foi realizada a Primeira Conferência Mundial de População, em Roma, Itália, marcando o início das discussões sistemáticas sobre crescimento populacional e seus impactos no desenvolvimento.

Em 1955, foi realizada a Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia, evento emblemático que sinalizou a mobilização dos países do Sul Global por maior protagonismo no cenário internacional. Dois anos depois, em 1957, a ONU estabeleceu acordo com a Corporação Financeira Internacional (CFI), deixando claro o interesse em criar mecanismos de financiamento para o desenvolvimento econômico.

Ainda em 1957, ocorreu a Primeira Conferência sobre o Direito do Mar, e, nos anos seguintes, foi criada a Comissão Econômica para a África, reforçando o compromisso com as especificidades e os desafios do continente africano. Por fim, em 1959, foi instituído o Ano Mundial do Refugiado, destinado a apoiar pessoas deslocadas por guerras ou perseguições. Nesse mesmo ano, foi proclamada a Declaração dos Direitos da Criança, reiterando a importância da proteção da infância e da dignidade infantil. Destaca-se, ainda, o acordo com a Organização Marítima Internacional, encerrando o período com a ampliação do escopo de atuação da ONU em diversas áreas estratégicas do desenvolvimento humano.

1.1.1 A Primeira Década do Desenvolvimento

A Primeira Década de Desenvolvimento das Nações Unidas marcou o início de uma atenção sistemática aos temas ligados ao desenvolvimento global (United Nations, 2024c). Em 1960, realizou-se a Segunda Conferência sobre o Direito do Mar, em Genebra, Suíça, que estabeleceu marcos jurídicos para o uso dos oceanos, consistindo em elemento indispensável para a futura governança dos assuntos marinhos.

Em 1961, além da trágica morte do secretário-geral Dag Hammarskjöld, que foi sucedido por U Thant, esse ano foi declarado o Ano Internacional da Saúde e da Pesquisa Médica. Também foi assinado um acordo com a Associação Internacional de Desenvolvimento, e criado o Programa Mundial de Alimentos (PMA), com o objetivo de combater a fome global. Ainda nesse ano, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Novas Fontes de Energia, em Roma, sinalizando a crescente preocupação com as demandas energéticas mundiais.

No ano seguinte, em 1962, foi publicado um relatório sobre as consequências do desarmamento, reafirmando o compromisso da Organização com o progresso. Em 1963, durante a 18ª Assembleia Geral, os países em desenvolvimento emitiram uma declaração conjunta que resultou na criação do Grupo dos 77 (G-77), reforçando a cooperação entre essas nações.

Em 1964, foi estabelecida a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), com o propósito de promover políticas comerciais mais justas. Nessa ocasião, também foi publicado o relatório do secretário-geral intitulado “Em direção a uma nova política comercial para o desenvolvimento”, mais

conhecido como Relatório Prebisch, que consolidou a crítica à ordem econômica internacional vigente.

Em 1965, Belgrado (Sérvia) sediou a Segunda Conferência Mundial da População. Foram abordados temas como fertilidade, planejamento familiar, mortalidade, projeções demográficas, migração, urbanização e desenvolvimento econômico. Nesse mesmo ano, foram lançados o Fundo Especial e o Programa Ampliado de Assistência Técnica, ambos no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ainda em 1965, foi assinada a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, consolidando o compromisso com os direitos humanos no contexto do desenvolvimento.

Em 1966, foi criado o Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas, destinado à promoção de pactos internacionais voltados aos direitos econômicos, sociais e culturais. Já em 1967, foi declarado o Ano Turístico Internacional, inserindo o turismo como um setor estratégico para o desenvolvimento econômico. Nesse período, os programas e as atividades econômicas e sociais da ONU, bem como das agências do sistema das Nações Unidas, passaram por uma revisão voltada à melhoria da eficiência e da eficácia das ações.

O ano de 1968 foi marcado pelo Ano Internacional dos Direitos Humanos, com destaque para a realização da Conferência Internacional sobre Direitos Humanos, em Teerã, no Irã. Ainda nesse ano, ocorreu a segunda edição da UNCTAD. No ano seguinte, a Comissão Pearson apresentou um relatório sobre a cooperação para o desenvolvimento, destacando a importância da parceria entre países para a promoção de um crescimento sustentável. Também foi solicitado um estudo sobre a capacidade do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas, visando ao aprimoramento de suas operações.

Por fim, em 1970 — declarado o Ano Internacional da Educação —, foi consolidado o entendimento de que a educação constitui um dos alicerces fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da igualdade.

1.1.2 A Segunda Década do Desenvolvimento

A Segunda Década de Desenvolvimento das Nações Unidas (1971–1980) foi também reconhecida como a primeira Década do Desarmamento (United Nations,

2024d). A Resolução A/RES/2602 (XXIV), de 1969, reafirmava a necessidade de promover a paz mundial por meio do desarmamento (United Nations, 1969), objetivando a redução da tensão internacional e dos arsenais bélicos.

Proclamada em 1971, essa nova Década das Nações Unidas passou a enfatizar estratégias voltadas ao enfrentamento dos desafios do crescimento econômico e social. Nesse contexto, o ano de 1971 foi declarado o Ano Internacional de Ação para Combater o Racismo e a Discriminação Racial, reforçando a luta global contra essas formas de opressão. Ainda nesse período, foi divulgado o Relatório Founex, que abordou as interações entre desenvolvimento e meio ambiente, antecipando discussões relevantes que se intensificariam nos anos seguintes.

Em 1972, Kurt Waldheim foi nomeado novo secretário-geral da ONU. Nesse mesmo ano, ocorreu em Estocolmo, Suécia, a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, evento que resultou em um relatório emblemático ao explicitar a interdependência entre desenvolvimento e preservação ambiental. Na cidade de Santiago, Chile, foi realizada a terceira sessão UNCTAD, centrada em questões relativas ao comércio global e às finanças, destacando seus impactos socioeconômicos.

O ano de 1973 foi marcado pela realização da Terceira Conferência sobre o Direito do Mar, voltada à consolidação de normas internacionais relativas ao uso dos recursos marítimos. Nesse mesmo ano, foi criada a Comissão Econômica para a Ásia Ocidental, com o intuito de ampliar a participação dos países da região nos fóruns internacionais, especialmente no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

Em 1974, a Conferência Mundial da População, realizada em Bucareste, na Romênia, buscou discutir os desafios populacionais globais. Ainda nesse ano, a ONU proclamou a Declaração sobre a Nova Ordem Econômica Internacional, que abordava temas como matérias-primas e desenvolvimento, com o objetivo de reestruturar as relações econômicas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Realizou-se também a Conferência Mundial da Alimentação, em Roma, e a quarta reunião da UNCTAD, em Nairóbi, Quênia.

O ano de 1975 destacou-se pela realização da Primeira Conferência Mundial sobre a Mulher, na Cidade do México, México, que instituiu o Ano Internacional da Mulher. A partir desse evento, iniciaram-se debates globais sobre igualdade de

gênero no desenvolvimento. Como desdobramento, foi publicado o Relatório Gardner, elaborado por um grupo de especialistas sobre a estrutura do sistema das Nações Unidas para a cooperação econômica mundial.

Nos anos subsequentes, novas iniciativas foram promovidas. Em 1976, foi realizada a Conferência sobre Assentamentos Humanos, em Vancouver, Canadá. Em 1977, ocorreram a Conferência Mundial Tripartite sobre Emprego, Distribuição de Renda e Progresso Social e a Divisão Internacional do Trabalho, em Genebra, bem como a Conferência das Nações Unidas sobre a Água, em Mar del Plata, Argentina. Nesse mesmo ano, foi aprovada uma nova resolução propondo a reestruturação dos setores econômicos e sociais da ONU.

O ano de 1978 foi declarado o Ano Internacional Anti-Apartheid, marcado pela realização da Primeira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, em Genebra. Esse evento visava fortalecer o compromisso global da ONU com o combate ao racismo. Ainda em 1978, ocorreram a Conferência sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, em Buenos Aires, e a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, em Alma-Ata, Cazaquistão.

Em 1979, o Ano Internacional da Criança trouxe à tona o Relatório Brandt, concebido como um programa de sobrevivência da humanidade, centrado no bem-estar das futuras gerações. Nesse mesmo ano, realizaram-se, em Roma, a Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, e, em Viena, Áustria, a Conferência sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento. Também em 1979, ocorreu em Nairóbi a Conferência sobre Desertificação e, em Manila, Filipinas, a quinta edição da UNCTAD.

Finalmente, em 1980, celebrou-se o Dia Internacional da Mulher, e foi realizada a Conferência Mundial da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Na sequência, a Segunda Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Copenhague, Dinamarca, reafirmou o compromisso contínuo das Nações Unidas com a promoção da igualdade de gênero, do desenvolvimento e da paz em âmbito internacional.

1.1.3 A Terceira Década do Desenvolvimento

A década de 1980, correspondente à Terceira Década de Desenvolvimento

da ONU (1981–1990), foi marcada por uma filiação mais lenta de países à organização, além de uma retomada e aprofundamento dos temas debatidos em conferências anteriores (United Nations, 2024e). O enfoque dessa década recaiu sobre direitos humanos e questões ambientais, acompanhando a busca constante das Nações Unidas por um mundo mais justo e igualitário.

O ano de 1981 foi declarado Ano Internacional para as Pessoas com Deficiência. Nesse período, realizou-se em Nairóbi, a Conferência sobre Novas e Renováveis Fontes de Energia, que discutiu amplamente a sustentabilidade energética. Ocorreu, também, a Primeira Conferência sobre os Países Menos Desenvolvidos, em Paris, França, demonstrando o compromisso da ONU com os países mais vulneráveis.

Em 1982, Javier Pérez de Cuéllar assumiu como novo secretário-geral da ONU. O ano foi dedicado à mobilização contra o regime segregacionista da África do Sul, sendo declarado o Ano Internacional de Sanções contra esse país. Ainda em 1982, realizou-se, em Viena, a Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, que abordou os direitos dos idosos. A Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar deu continuidade às discussões sobre a governança dos oceanos.

No ano seguinte, 1983, foi proclamado o Ano da Comunicação Mundial, enfatizando a importância de um campo de comunicação global. A UNCTAD realizou sua sexta edição em Belgrado; em Genebra, ocorreu a Segunda Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, tema que suscitou debates intensos.

Em 1984, a Cidade do México sediou a Quarta Conferência Mundial sobre População, com foco em saúde reprodutiva e direitos humanos. Em 1985, declarado o Ano Internacional da Juventude, foi destacada a necessidade de investimentos para garantir um futuro melhor para todos. Ainda em 1985, a ONU celebrou a Década para as Mulheres, com a Conferência Mundial para Rever e Avaliar as Conquistas da Década das Nações Unidas para as Mulheres — Igualdade, Desenvolvimento e Paz, realizada em Nairobi. Nesse evento, foi promovida a Terceira Conferência Mundial para Avaliar e Reafirmar os Direitos das Mulheres, revisando as conquistas e os objetivos estabelecidos.

O ano de 1986 foi declarado Ano Internacional da Paz, reafirmando o compromisso da ONU com a segurança mundial. Em 1987, a organização

concentrou esforços na questão dos desabrigados, instituindo o Ano Internacional de Abrigo para os Sem-Teto. Nesse ano, ocorreram importantes conferências internacionais, como a Conferência sobre Drogas e Tráfico Ilícito, em Viena, e a Conferência sobre a Relação entre Desarmamento e Desenvolvimento, em Nova York, EUA. Também foi realizada a sétima reunião da UNCTAD, e publicado o “Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, conhecido como Relatório Brundtland, que marcou um avanço significativo no debate sobre desenvolvimento sustentável.

Finalmente, em 1990, foi declarado o Ano Internacional da Alfabetização, ressaltando a importância da educação para todos. Na Tailândia, em Jomtien, a UNESCO promoveu a Conferência Mundial da Educação para Todos, com o objetivo de universalizar o ensino básico em nível nacional. Simultaneamente, em Paris, foi realizada a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos. Como parte do avanço rumo ao bem-estar global, a ONU lançou o primeiro “Relatório sobre Desenvolvimento Humano”. Ainda em 1990, ocorreu em Nova York a Cúpula Mundial para as Crianças, na qual foi adotada a Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, Proteção e Desenvolvimento da Criança, acompanhada da criação de um Plano de Ação para sua implementação durante a década.

1.1.4 Os Relatórios de Desenvolvimento Humano

Os Relatórios de Desenvolvimento Humano, produzidos entre 1990 e 1999, tiveram início com a publicação do primeiro relatório em 1990, intitulado “Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano” (United Nations, 2024f). Este documento propunha uma nova perspectiva sobre o progresso, argumentando que este não se restringe ao crescimento econômico ou à mera acumulação de riqueza, mas reside, sobretudo, na ampliação das possibilidades e escolhas disponíveis às pessoas. De acordo com essa concepção, as principais decisões a serem tomadas dizem respeito à garantia de uma vida longa e saudável, ao acesso à educação de qualidade e à disponibilidade de recursos que assegurem um padrão de vida digno. Além desses aspectos, destaca-se a relevância de assegurar um mínimo de autonomia política, a efetivação dos direitos humanos e o respeito à dignidade individual.

Nesse sentido, o desenvolvimento humano ultrapassa a simples aquisição de habilidades (especialmente as habilidades iniciais) e passa a envolver, igualmente, o uso significativo dessas capacidades nas esferas do trabalho, do lazer, da política e da cultura. O verdadeiro progresso ocorre quando as pessoas têm oportunidades concretas de desenvolver plenamente seu potencial humano, em condições de vida adequadas à realização pessoal, produtiva e criativa. Esse novo paradigma teve grande impacto sobre a forma como o desenvolvimento passou a ser concebido, ao recolocar os indivíduos e suas escolhas no centro das políticas públicas.

No ano seguinte, o relatório de 1991 abordou o tema do financiamento para o desenvolvimento humano. O documento enfatizou que o maior obstáculo ao progresso não seria a escassez de recursos financeiros, mas, sim, a ausência de vontade política. Desse modo, argumenta-se pela necessidade de reorganização dos orçamentos nacionais e da cooperação internacional, de modo a potencializar o uso dos recursos disponíveis, frequentemente mal distribuídos ou ineficazmente aplicados.

Dentro desse contexto, o relatório de 1992, intitulado “Dimensões Globais do Desenvolvimento Humano”, ampliou o debate ao tratar do bem-estar das populações em diferentes países. Nesse documento, destaca-se a importância de garantir o acesso equitativo ao mercado e de fortalecer uma estrutura regulatória que sustente políticas sociais abrangentes. Além disso, o relatório argumenta que melhorias nos contextos externos podem auxiliar, mas jamais substituir as transformações internas profundas que precisam ocorrer nos países em desenvolvimento. Essas transformações devem ser impulsionadas pelos próprios esforços nacionais, voltados à superação das causas estruturais da pobreza e da exclusão social. Essa perspectiva revela uma postura crítica frente à desigualdade na distribuição dos benefícios dos mercados globais, ao mesmo tempo em que propõe ações que priorizem as necessidades das populações em situação de maior vulnerabilidade.

No ano de 1993, o relatório enfatizou a participação popular como elemento central do desenvolvimento humano, ressaltando sua importância nos âmbitos social, político e econômico. A valorização da participação cidadã é apresentada como caminho fundamental para a construção de sociedades mais justas e democráticas, nas quais os indivíduos possam exercer plenamente seus direitos e contribuir ativamente para a formulação e execução de políticas públicas.

Concluindo as ações referentes a esse mesmo ano, a Conferência Mundial

sobre Direitos Humanos, por meio do relatório A/CONF.157/24 (Parte I), estabeleceu os seguintes objetivos:

- (a) Rever e avaliar o progresso que foi feito no campo dos direitos humanos desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos e identificar obstáculos para mais progressos nesta área, e maneiras pelas quais eles podem ser superados;
- (b) Examinar a relação entre desenvolvimento e o gozo por todos dos direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos direitos civis e políticos, reconhecendo a importância de criar as condições pelas quais todos possam desfrutar desses direitos conforme estabelecido nos Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos;
- (c) Examinar maneiras e meios para melhorar a implementação de padrões e instrumentos de direitos humanos existentes;
- (d) Avaliar a eficácia dos métodos e mecanismos usados pelas Nações Unidas no campo dos direitos humanos;
- (e) Formular recomendações concretas para melhorar a eficácia das atividades e mecanismos das Nações Unidas no campo dos direitos humanos por meio de programas que visem promover, encorajar e monitorar o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais;
- (f) Fazer recomendações para garantir os recursos financeiros e outros necessários para as atividades das Nações Unidas na promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais (United Nations, 1993, p. 4, tradução nossa).

No ano de 1994, celebrou-se o Ano Internacional da Família, iniciativa que buscava promover o desenvolvimento, a elevação do padrão de vida e o bem-estar social. A ONU manteve seu compromisso com o tema ao proclamar também o Ano Internacional do Esporte e o Ideal Olímpico, defendendo o esporte e a cultura como ferramentas para a construção de um mundo mais pacífico, especialmente entre os jovens.

Nesse mesmo ano, a ONU publicou o relatório “Novas Dimensões da Segurança Humana”, no qual manifestava preocupação com o desenvolvimento sustentável, a manutenção da paz e a redução no financiamento por parte de países aliados, os quais não puderam ampliar suas contribuições. Diante desse cenário, a organização alertou que, sem desenvolvimento, a paz mundial não poderia ser duradoura.

Ainda em 1994, durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, discutiu-se a inter-relação entre população, pobreza, padrões de produção e consumo, e meio ambiente, destacando a importância de abordagens integradas ao desenvolvimento. Paralelamente, a Conferência Global sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento teve como objetivo a adoção de planos de desenvolvimento sustentável específicos

para esses países, com vista à redução dos impactos sobre a biodiversidade marinha, à melhoria da qualidade de vida das populações locais e à revisão de suas tendências socioeconômicas.

Em 1995, celebrou-se o Ano das Nações Unidas para a Tolerância, no qual a ONU promoveu ações voltadas à promoção da tolerância, do entendimento mútuo e da paz entre os povos. O secretário-geral da organização propôs a realização de seminários e conferências sobre o tema, além da produção de materiais educativos direcionados à promoção da tolerância.

No mesmo ano, também foi instituído o Ano Mundial da Comemoração Popular das Vítimas da Segunda Guerra Mundial. Realizou-se, ainda, a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz. E ainda, foi publicado o “Relatório da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social”, documento que reforça o compromisso com o desenvolvimento sustentável por meio da promoção do crescimento econômico, da equidade social, da proteção ambiental, da justiça social e da efetivação dos direitos humanos.

O ano de 1996 foi declarado o Ano Internacional para a Erradicação da Pobreza, ocasião em que a ONU reconheceu a pobreza como um problema de alta complexidade, definindo sua erradicação, especialmente nos países em desenvolvimento, como um objetivo prioritário. Nesse contexto, foi realizada a Nona UNCTAD, durante a qual foram avaliadas as tendências econômicas internacionais, considerando as políticas e estratégias adotadas pelos países para minimizar riscos e desequilíbrios financeiros.

Ainda em 1996, na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, realizada em Istambul, na Turquia, a ONU reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento e a qualidade de vida. No evento, destacou-se que:

Para melhorar a qualidade de vida dentro dos assentamentos humanos, devemos combater a deterioração das condições que, na maioria dos casos, particularmente em países em desenvolvimento, atingiram proporções de crise. Para esse fim, devemos abordar de forma abrangente, entre outros, padrões de consumo e produção insustentáveis, particularmente em países industrializados; mudanças populacionais insustentáveis, incluindo mudanças na estrutura e distribuição, dando prioridade consideração à tendência à concentração populacional excessiva; falta de moradia; aumento da pobreza; desemprego; exclusão social; instabilidade familiar; recursos inadequados; falta de infraestrutura e serviços básicos; falta de planejamento adequado; crescente insegurança e violência; degradação ambiental; e aumento da vulnerabilidade a desastres (United Nations, 1996a, p. 7, tradução nossa).

No mesmo ano, foi publicado o relatório intitulado “Impacto do Conflito Armado nas Crianças”, conhecido como Relatório Machel, que expôs as consequências dos conflitos armados para as crianças, vítimas de ataques civis, violência sexual e outros abusos. Segundo o relatório A/51/950, tais ataques ocorreram “[...] entre facções divididas em linhas étnicas, religiosas ou culturais” e demanda que “as crianças simplesmente não tenham parte na guerra” (United Nations, 1996b, p. 9, tradução nossa).

Em 1997, com a nomeação de Kofi Annan como novo secretário-geral das Nações Unidas, iniciou-se um amplo processo de reformulação institucional. Annan afirmou que: “[...] um programa de reforma de gestão está em andamento e será acelerado para reduzir custos administrativos e outros custos indiretos” (United Nations, 1997a, p. 20, tradução nossa). Dentre as principais iniciativas propostas, podem ser destacadas:

[...] investimento em treinamento de pessoal, incluindo pessoal gerencial, para melhorar habilidades substantivas e outras habilidades; retreinamento de pessoal afetado pelas medidas de reforma; e uma simplificação de regras, recrutamento simplificado e práticas administrativas, e desenvolvimento de carreira mais eficaz (United Nations, 1997a, p. 21, tradução nossa).

Com essas medidas, Annan descentralizou e delegou responsabilidades administrativas, viabilizando a execução das metas propostas pela própria ONU em escala global. Um novo código de conduta foi elaborado e incorporado ao regulamento interno da organização.

Nesse contexto, foi aprovada a Resolução A/RES/52/12 B (United Nations, 1998), intitulada “Renovação das Nações Unidas: um programa para reforma”, que instituiu o cargo de secretário-geral adjunto, incorporando-o ao gabinete do secretário-geral. As atribuições desse novo cargo incluíam:

- (a) Auxiliar o Secretário-Geral na gestão das operações do Secretariado;
- (b) Atuar em nome do Secretário-Geral na Sede das Nações Unidas na ausência do Secretário-Geral e em outros casos que possam ser decididos pelo Secretário-Geral;
- (c) Apoiar o Secretário-Geral na garantia da coerência intersetorial e interinstitucional de atividades e programas e apoiar o Secretário-Geral na elevação do perfil e liderança das Nações Unidas nas esferas econômica e social, incluindo esforços adicionais para fortalecer as Nações Unidas como

um centro líder para política de desenvolvimento e assistência ao desenvolvimento;

(d) Representar o Secretário-Geral em conferências, funções oficiais e cerimoniais e outras ocasiões que possam ser decididas pelo Secretário-Geral;

(e) Assumir tais atribuições que possam ser determinadas pelo Secretário-Geral (United Nations, 1998, p. 2, tradução nossa).

Ainda em 1997, foi divulgada a Resolução A/RES/51/240, para reforçar a interdependência entre desenvolvimento, paz e respeito aos direitos humanos, declarando que: “[...] o desenvolvimento não pode ser alcançado na ausência de paz e segurança ou na ausência de respeito por todos os direitos humanos e liberdades fundamentais” (United Nations, 1997b, p. 3, tradução nossa).

Na 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral, conhecida como Cúpula da Terra, foram discutidos os desafios para a implementação da Agenda 21, plano de ação global definido na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992.

O ano de 1998 foi declarado o Ano Internacional do Oceano. Nesse período, a UNCTAD publicou o relatório sobre parcerias para o desenvolvimento, relativo ao evento realizado de 9 a 12 de novembro, em Lyon, França. Segundo o documento TD/B/EX(20)/2, dois temas foram centrais nas discussões: “[...] modernização de administrações relacionadas ao comércio e sistemas de transporte e com a capacidade dos países em desenvolvimento de participar e se beneficiar de redes de informação globais”; e “[...] projetos que usam mecanismos de mercado para abordar questões de desenvolvimento como microfinanças, gestão de risco de commodities e finanças estruturadas, biocomércio e investimento” (United Nations, 1999a, p. 3, tradução nossa).

Em 1999, celebrou-se o Ano Internacional das Pessoas Idosas. Nesse ano, ocorreram duas sessões extraordinárias da Assembleia Geral, ambas em Nova York. A 21ª sessão resultou na Resolução A/RES/S-21/2, que estabeleceu os seguintes objetivos:

(a) Intensificar esforços para equipar planejadores e tomadores de decisão com uma melhor compreensão das relações entre população, pobreza, desigualdade e desigualdade de gênero, saúde, educação, meio ambiente, recursos financeiros e humanos e desenvolvimento; e reexaminar pesquisas recentes sobre as relações entre reduções na fertilidade e crescimento econômico e sua distribuição equitativa;

- (b) Chamar a atenção e promover vínculos entre políticas macroeconômicas, ambientais e sociais por meio de maior diálogo entre ministérios das finanças e outros ministérios relevantes;
- (c) Intensificar esforços para implementar medidas legislativas e administrativas, bem como promover a educação pública, com atenção especial aos jovens, sobre a necessidade de padrões sustentáveis de produção e consumo; promover o uso sustentável de recursos naturais; e trabalhar em conjunto para prevenir a degradação ambiental em seus países;
- (d) Aumentar os investimentos no setor social, especialmente saúde e educação, como uma estratégia eficaz para desenvolvimento;
- (e) Desenvolver e expandir abordagens comunitárias integradas para o desenvolvimento sustentável (United Nations, 1999b, p. 4-5, tradução nossa).

A 22ª sessão extraordinária apresentou o relatório A/S-22/9/Rev.1, com foco na implementação de estratégias para o desenvolvimento sustentável, incluindo discussões sobre mudanças climáticas e desastres naturais (United Nations, 1999c). Essas discussões culminaram na adoção de declarações e recomendações voltadas ao fortalecimento da cooperação internacional.

1.2 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Os ODM foram estabelecidos no ano 2000, por meio da publicação da Resolução A/RES/55/2, adotada pela Assembleia Geral da ONU, a qual orientou a Declaração do Milênio. As metas fixadas tinham como finalidade nortear as ações da ONU até o ano de 2015 (United Nations, 2000).

Conforme ocorre em suas resoluções, a ONU reafirmou seu compromisso com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, promovendo o desenvolvimento e reconhecendo como fundamentais os valores da liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza e responsabilidade compartilhada. O documento também enfatizou a urgência em eliminar o uso de armas, por seu potencial destrutivo e ameaçador, priorizando, assim, a promoção da paz, da segurança e do desarmamento, bem como o fortalecimento da cooperação entre as nações. Além disso, a resolução destacou os esforços voltados à erradicação da pobreza, à proteção ambiental, à promoção dos direitos humanos, à consolidação da democracia e da boa governança, à proteção dos grupos vulneráveis e ao fortalecimento institucional das Nações Unidas (United Nations, 2000).

O Relatório do Secretário-Geral, A/56/326 (2001), intitulado “Roteiro para a

Implementação da Declaração do Milênio das Nações Unidas”, apresentou formalmente os oito ODM, a saber:

Erradicar a pobreza extrema e a fome;
Alcançar a educação primária universal;
Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres;
Reduzir a mortalidade infantil;
Melhorar a saúde materna;
Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
Garantir a sustentabilidade ambiental;
Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (United Nations, 2001, p. 56-58, tradução nossa).

Todos os objetivos tinham como prazo final o ano de 2015 para serem alcançados. O primeiro, erradicar a pobreza extrema e a fome, estabeleceu como meta reduzir a proporção de pessoas que viviam com menos de um dólar por dia, bem como combater a subnutrição, especialmente em crianças menores de cinco anos, e ampliar o acesso à energia alimentar mínima necessária.

O segundo objetivo, alcançar a educação primária universal, visava garantir que todas as crianças completassem o ensino primário — no caso do Brasil, os anos iniciais do Ensino Fundamental —, dado que as taxas de escolarização ainda estavam aquém do ideal, o que impactava negativamente a taxa de alfabetização de jovens entre 15 e 24 anos.

O terceiro objetivo, promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres, propunha eliminar as disparidades de gênero no ensino primário e secundário até 2005, e em todos os níveis educacionais até 2015. Essa meta respondia à menor taxa de alfabetização de mulheres jovens em comparação aos homens, à baixa representatividade feminina nos parlamentos e aos salários reduzidos em setores não agrícolas.

O quarto objetivo, reduzir a mortalidade infantil, estabeleceu como meta diminuir em dois terços a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos, considerando que, anualmente, cerca de 11 milhões de crianças morriam em países em desenvolvimento.

O quinto objetivo, melhorar a saúde materna, propunha reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna. Esse objetivo estava fortemente relacionado com o anterior, visto que, em 1995, aproximadamente 515 mil mulheres morreram em decorrência de complicações relacionadas à gravidez, sendo 99% desses óbitos registrados em países em desenvolvimento.

O sexto objetivo, combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, estabeleceu duas metas principais: interromper a transmissão e reverter a propagação do HIV, dado o aumento da prevalência do vírus entre mulheres grávidas de 15 a 24 anos, bem como o crescimento do número de crianças órfãs, aproximadamente 13 milhões, das quais 90% na África Subsaariana; e conter a disseminação da malária e de outras doenças graves, responsáveis pela morte de aproximadamente um milhão de pessoas a cada ano.

O sétimo objetivo, garantir a sustentabilidade ambiental, estabeleceu como metas a integração de princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas nacionais e a reversão da degradação ambiental; a redução, até 2015, pela metade, da proporção de pessoas sem acesso sustentável à água potável segura; e, até 2020, a melhoria significativa das condições de vida de ao menos 100 milhões de habitantes de áreas urbanas precárias.

Por fim, o oitavo objetivo, desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento, apresentou metas como: promover um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras claras, previsível e não discriminatório, com ênfase na boa governança, no desenvolvimento e na redução da pobreza; atender às necessidades específicas dos países menos desenvolvidos, sem acesso ao mar e pequenos Estados insulares em desenvolvimento; enfrentar de forma eficaz a dívida externa dos países em desenvolvimento, a fim de torná-la sustentável a longo prazo; implementar, em cooperação com os países em desenvolvimento, estratégias para o trabalho decente e produtivo para jovens; ampliar, com apoio da indústria farmacêutica, o acesso a medicamentos essenciais em países em desenvolvimento; e, em parceria com o setor privado, disseminar os benefícios das novas tecnologias, especialmente as relacionadas com a informação e a comunicação (United Nations, 2001).

1.3 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os ODS são considerados, pela ONU, integrados e universais, de modo que sua aplicação deve respeitar as particularidades de cada país. Embora tenham sido definidos a partir de um contexto global, cabe a cada nação adaptar as metas aos seus próprios desafios e realidades locais, desde que estejam alinhadas com os compromissos internacionais.

Os ODS foram estabelecidos pela Resolução A/RES/70/1, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 25 de setembro de 2015, durante a cúpula intitulada “Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (United Nations, 2015). De acordo com esse documento, os ODS são:

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares;
- Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Objetivo 3. Garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades;
- Objetivo 4. Garantir educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Objetivo 6. Garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- Objetivo 7. Garantir o acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos;
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- Objetivo 9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro e entre os países;
- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 12. Garantir padrões de consumo e produção sustentáveis;
- Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos;
- Objetivo 14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- Objetivo 15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, administrar florestas de forma sustentável, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável (United Nations, 2015, p. 14, tradução nossa).

O Objetivo 1 destaca a necessidade de erradicar a pobreza em todas as suas formas até 2030, com base no critério de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia. Propõe a criação de mecanismos de proteção social, como pisos salariais, que beneficiem os mais pobres e vulneráveis. Visa, ainda, assegurar, até 2030, que homens e mulheres tenham igual acesso a recursos econômicos, serviços básicos, propriedade e herança, bem como a recursos naturais, tecnologias e serviços financeiros.

O Objetivo 2 enfatiza o compromisso de erradicar a fome até 2030, garantindo acesso universal a alimentos seguros, nutritivos e suficientes. Dentre suas metas, estão: duplicar a produtividade agrícola dos pequenos produtores; promover sistemas sustentáveis de produção de alimentos que contribuam para a preservação dos ecossistemas; conservar a diversidade genética de sementes, plantas e animais; aumentar os investimentos em infraestrutura rural, serviços de extensão agrícola e desenvolvimento tecnológico; corrigir e prevenir distorções no comércio agrícola internacional; e adotar medidas que assegurem o funcionamento adequado dos mercados de alimentos.

O Objetivo 3 propõe a redução da taxa global de mortalidade materna para menos de 70 por 100 mil nascidos vivos até 2030. Além disso, almeja eliminar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos, com a meta de reduzir a mortalidade neonatal para menos de 12 por mil nascidos vivos e a mortalidade infantil para menos de 25 por mil. Também prevê a erradicação de epidemias como HIV/AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, bem como o combate à hepatite, às doenças transmitidas pela água e a outras enfermidades transmissíveis. Outras ações incluem: redução da mortalidade prematura causada por doenças não transmissíveis; ampliação da prevenção e do tratamento do abuso de substâncias; acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva; redução das mortes relacionadas à poluição e contaminação por substâncias químicas; fortalecimento das políticas de controle do tabaco; apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de vacinas e medicamentos; e ampliação do financiamento para o setor da saúde.

O Objetivo 4 reforça a importância de garantir que, até 2030, todos os jovens completem os ensinos primário e secundário (no Brasil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Além disso, prevê o acesso universal à educação pré-escolar (Educação Infantil), igualdade de acesso ao ensino técnico, profissionalizante e superior para homens e mulheres, e o fortalecimento das competências de jovens e adultos para o emprego e o empreendedorismo. O objetivo contempla também a eliminação das disparidades de gênero e sociais no acesso à educação em todos os níveis, a aquisição de competências para o desenvolvimento sustentável, a melhoria da infraestrutura escolar (com atenção à inclusão de pessoas com deficiência), a ampliação de bolsas de estudo para países em desenvolvimento e o aumento da disponibilidade de professores qualificados.

O Objetivo 5 trata da eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e meninas, bem como do fim de práticas nocivas, como o casamento infantil, precoce e forçado, e a mutilação genital feminina. E mais, reconhece o valor do trabalho doméstico não remunerado, defende a participação plena e efetiva das mulheres na vida política, econômica e pública, assegura o acesso à saúde sexual e reprodutiva, e incentiva a formulação e implementação de políticas e legislações voltadas à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino.

O Objetivo 6 propõe assegurar, até 2030, o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento básico, além da melhoria da qualidade da água. Para isso, estabelece metas, como a retirada e fornecimento sustentável da água doce, a implementação da gestão integrada dos recursos hídricos, a proteção e a restauração de ecossistemas relacionados com a água, bem como o incentivo à participação comunitária na gestão dos recursos hídricos.

O Objetivo 7 visa garantir, até 2030, o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis aos serviços de energia. Dentre as metas, destacam-se o aumento da participação das fontes renováveis na matriz energética global e a duplicação da taxa de melhoria da eficiência energética. Ressalta-se a importância do fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em energia limpa, além da expansão da infraestrutura e da modernização dos sistemas de fornecimento energético sustentáveis.

O Objetivo 8 enfatiza a necessidade de manter o crescimento econômico *per capita* conforme o contexto nacional, estabelecendo, para os países em desenvolvimento, uma meta de crescimento anual de pelo menos 7%. Visa também o aumento da produtividade econômica por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação. Outras metas incluem: a formulação de políticas que estimulem atividades produtivas, a geração de empregos decentes, o empreendedorismo, a criatividade e a inovação, além do fortalecimento de micro e pequenas empresas por meio do acesso a serviços financeiros. Além disso, o objetivo propõe assegurar o emprego pleno e produtivo, com igualdade salarial, erradicar o trabalho forçado e infantil, proteger os direitos trabalhistas, promover o turismo sustentável, ampliar o acesso a serviços bancários e implementar estratégias globais de promoção do emprego juvenil, em consonância com as diretrizes da OIT.

O Objetivo 9 aborda o desenvolvimento de infraestruturas resilientes, a promoção da industrialização inclusiva e sustentável e o incentivo à inovação. Dentre suas metas, merecem destaque: a ampliação do acesso de pequenas indústrias ao crédito e a serviços financeiros, a modernização das infraestruturas industriais com foco na sustentabilidade e o fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica. E ainda, visa facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável, apoiar o progresso tecnológico nos países em desenvolvimento e ampliar o acesso à tecnologia da informação e à internet, especialmente em áreas menos favorecidas, com metas específicas até 2020.

O Objetivo 10 estabelece como prioridade a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles. Para tanto, propõe o crescimento sustentado da renda dos 40% mais pobres da população, a promoção da inclusão social, econômica e política de todos os indivíduos, a garantia da igualdade de oportunidades e a eliminação de barreiras discriminatórias. Outras metas a serem mencionadas são: o incentivo a políticas de migração segura, o fortalecimento da cooperação internacional por meio da assistência oficial ao desenvolvimento, bem como a redução para menos de 3% dos custos de transação das remessas dos migrantes até 2030, eliminando corredores de remessas com taxas superiores a 5%.

O Objetivo 11 busca tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. As metas envolvem, até 2030, assegurar o acesso universal à habitação adequada, segura e a preços acessíveis, com serviços básicos e a requalificação de áreas precárias. Também se propõe a promoção de sistemas de transporte acessíveis e sustentáveis, a melhoria da urbanização inclusiva, a mitigação dos impactos ambientais nas áreas urbanas e a formulação de políticas integradas de desenvolvimento urbano. Enfatiza-se, ainda, o apoio aos países menos desenvolvidos na construção de edificações sustentáveis.

O Objetivo 12 propõe assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, com a implementação de um programa decenal envolvendo todos os países. Dentre suas metas, encontram-se: a gestão eficiente dos recursos naturais até 2030, a redução pela metade do desperdício de alimentos, a gestão ambientalmente adequada de produtos químicos e resíduos, a diminuição da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização. Ademais, estimula-se a adoção de práticas sustentáveis por empresas e governos, bem como o desenvolvimento de ferramentas de monitoramento dos impactos do

desenvolvimento sustentável. Sublinha-se a necessidade de racionalizar os subsídios aos combustíveis fósseis que incentivam o consumo excessivo e ineficiente.

O Objetivo 13 reforça a necessidade de fortalecer a capacidade de adaptação de todos os países aos riscos climáticos e aos desastres naturais, por meio da integração de medidas relacionadas com as mudanças climáticas nas políticas públicas, da melhoria da educação ambiental e da promoção da conscientização sobre o tema. Além disso, estabelece o compromisso de mobilizar, até 2020, US\$ 100 bilhões por ano, por meio do Fundo Verde, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, e incentiva a criação de mecanismos que promovam uma gestão mais eficiente frente às alterações climáticas.

O Objetivo 14 volta-se à conservação e ao uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos. Dentre suas metas, destacam-se: a prevenção e a significativa redução da poluição marinha até 2025; a proteção sustentável dos ecossistemas marinhos até 2020; a mitigação dos impactos da acidificação dos oceanos; a regulação da pesca e o combate à pesca ilegal; a conservação de, pelo menos, 10% das áreas costeiras e marinhas até 2020; o fortalecimento dos benefícios econômicos para os países em desenvolvimento; e o aumento do conhecimento científico destinado à melhoria da saúde dos oceanos.

O Objetivo 15 trata da conservação e do uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Envolve metas como: a promoção da gestão sustentável das florestas; o combate à desertificação; a restauração de solos degradados; a conservação dos ecossistemas de montanha; e a adoção de medidas eficazes para frear a perda da biodiversidade até 2020. E mais, inclui ações contra a caça ilegal e o tráfico de espécies da fauna e flora protegidas, bem como estratégias para prevenir e reduzir os impactos de espécies invasoras nos ecossistemas terrestres e aquáticos, além de ampliar os recursos financeiros voltados à conservação da biodiversidade.

O Objetivo 16 promove sociedades pacíficas e inclusivas, com metas que envolvem a redução de todas as formas de violência, exploração, abuso e tráfico de pessoas; o combate à corrupção e ao suborno; o fortalecimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes; a promoção do acesso público à informação; e a garantia de identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento, até 2030. Incentiva, ainda, a aplicação de leis e políticas não discriminatórias em prol do desenvolvimento sustentável.

Por fim, o Objetivo 17 ressalta a importância de fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Dentre suas ações, estão: a mobilização de recursos para aprimorar a arrecadação de impostos nos países em desenvolvimento; o cumprimento dos compromissos de assistência oficial ao desenvolvimento por parte dos países desenvolvidos; o incentivo à transferência e difusão de tecnologias ambientalmente adequadas; a promoção do uso de tecnologias da informação e comunicação; e a consolidação de um sistema de comércio multilateral aberto, baseado em regras, justo e não discriminatório, sob os princípios da Organização Mundial do Comércio (OMC). Propõe-se, também, a reforçar a estabilidade macroeconômica global e a desenvolver métricas eficazes para avaliar o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável (United Nations, 2015).

Verifica-se, dessa forma, que a Agenda 2030 tem como pretensão fortalecer a resiliência dos grupos mais pobres e vulneráveis, minimizando sua exposição a desastres naturais e eventos extremos. Pretende-se garantir a mobilização de recursos voltados aos países em desenvolvimento, por meio da implementação de programas e políticas eficazes para erradicar a pobreza extrema. Ademais, a agenda reafirma o compromisso com a promoção da saúde integral, incluindo o acesso universal a serviços de saúde essenciais, com ênfase na saúde mental, no bem-estar, na saúde sexual e reprodutiva e no acesso a medicamentos, aspectos esses considerados fundamentais para a qualidade de vida humana.

1.4 ANÁLISE CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO

A concepção de desenvolvimento tem passado por transformações significativas em razão da incessante busca pelo progresso. Após a Segunda Guerra Mundial, as questões relacionadas ao desenvolvimento passaram a integrar a agenda política internacional. Nesse contexto, a ONU passou a liderar esforços em prol da prosperidade e do crescimento dos países. Um exemplo emblemático foi o Plano Marshall, concebido para a reconstrução da Europa no pós-guerra, cujo objetivo era promover a recuperação dos países devastados, estabelecer a estabilidade política e econômica, e fomentar a criação de organismos multilaterais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OEEC).

Conforme Ferreira e Raposo (2017), ficou claro que os modelos desenvolvimentistas tradicionais são ecologicamente insustentáveis. Esses modelos têm gerado impactos negativos como a poluição, alterações climáticas, esgotamento de recursos naturais não renováveis, dentre outros efeitos que desconsideram princípios sustentáveis. Além disso, os autores alertam para o agravamento das desigualdades econômicas e das crises em níveis econômico, político e social, como consequências diretas das políticas neoliberais.

Diante desse cenário, o progresso passa a ser representado pela modernização imposta pelos países ocidentais, considerada como expressão de superioridade. Essa visão se consolida especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, com a implementação do Plano Marshall e a polarização ideológica entre o capitalismo, liderado pelos EUA, e o socialismo, promovido pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O desenvolvimento hegemônico (*mainstream*), em sua primeira geração (entre 1945 e 1970), foi impulsionado pelo crescimento econômico, por meio da industrialização e do acúmulo de capital, conforme apontam Ferreira e Raposo (2017), com base em Meier (2005). Nesse período, as falhas de mercado tornavam necessária a intervenção estatal, embora esta também sofresse críticas em virtude das distorções de preços geradas por suas políticas. Esse contexto favoreceu o ressurgimento da economia neoclássica, marcando o início do período conhecido como pós-fordismo.

O pós-fordismo promoveu uma reestruturação orientada pela industrialização e pela exportação, caracterizando a segunda geração das políticas desenvolvimentistas. A ascensão da economia global neoliberal levou ao desequilíbrio econômico e incentivou a privatização de empresas estatais. Essas reformas contaram com o apoio direto do Banco Mundial e com assistência financeira do FMI. Entretanto, a crise desencadeada pelo neoliberalismo, a partir de 1997, trouxe consigo novos desafios, como o aumento do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais, econômicas e políticas, conforme analisa Harvey (2005).

A terceira geração de políticas, como descrita por Meier (2001), enfatiza o papel das instituições, formais e informais, como fatores determinantes para o desempenho econômico. Nesse contexto, o discurso atual sobre desenvolvimento, ancorado nas tendências do neoinstitucionalismo e no ambiente pós-fordista, tem

promovido a competitividade e a redução dos gastos sociais.

Apesar de sua hegemonia, o modelo de desenvolvimento *mainstream* tem sido alvo de críticas. É nesse cenário que surge a escola da teoria da dependência, contrapondo-se ao conceito de subdesenvolvimento. Seus teóricos argumentam que o subdesenvolvimento não se trata da ausência de desenvolvimento, e sim de um processo resultante da dinâmica econômica global, que aprofunda a vulnerabilidade dos países periféricos, limitando suas possibilidades de alcançar um desenvolvimento autônomo e sustentável.

Ferreira e Raposo (2017, p. 120) criticam a “abordagem (tecno)burocrática e neocolonialista ao desenvolvimento”, uma vez que esta é estruturada “[...] de forma centralizada em países do Norte e exportados para o Sul”, tendo “como pressuposto a agenda política, econômica e cultural dos países ocidentais”.

As críticas também se estendem aos ODS, propostos pela ONU. Diante das pressões do movimento ecologista, passou-se a exigir a reformulação do modelo econômico expansionista e industrialista. Em resposta, tanto a ONU quanto a OIT propuseram um modelo de desenvolvimento centrado nas pessoas. Essa proposta, embora não totalmente antagônica ao modelo capitalista, segue uma lógica de desenvolvimento multidimensional, na qual os direitos sociais ganham centralidade. Essa perspectiva encontra-se nos Relatórios de Desenvolvimento Humano da ONU desde 1990, refletindo uma tentativa de conciliar progresso econômico com justiça social.

Como alternativa ao paradigma tradicional de desenvolvimento, surge a proposta do desenvolvimento comunitário, definido por Silva (1962, p. 32) como “[...] um processo tendente a criar condições de progresso econômico e social para toda a comunidade com a participação ativa da sua população e a partir da sua iniciativa”. Segundo essa autora, o desenvolvimento comunitário busca identificar e atender às necessidades coletivas da população, promovendo soluções locais. Fragoso (2005), por sua vez, entende que essa abordagem possibilita o empoderamento dos atores locais, embora reconheça que ela não necessariamente transforma as estruturas de poder já estabelecidas.

Nesse cenário, Bliss e Neumann (2008) tecem críticas à atuação do poder público, apontando que a limitada participação da população nas decisões compromete a efetividade das políticas implementadas. De modo complementar, Hogan (2007) destaca a manipulação de processos por parte dos facilitadores do

desenvolvimento comunitário, o que pode comprometer sua legitimidade e finalidade democrática.

No final da década de 1970, surgiu uma nova proposta de desenvolvimento, conhecida como desenvolvimento local ou endógeno, que critica as condutas negativas dos modelos econômicos fordista e pós-fordista. Nesse paradigma, as comunidades passam a buscar respostas e autonomia diante dos próprios problemas. Para Fragoso (2005, p. 30-31):

[...] o desenvolvimento local/comunitário, hoje, tem como características principais as seguintes: partem de problemas comunitários ou necessidades; constituem-se como processos de mudança, coletivos, profundamente educativos; têm um carácter endógeno e integrado; como objetivos centrais aparecem a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a valorização/ formação dos recursos locais; o fortalecimento da capacidade, organização e confiança das pessoas; implicam a participação dos interessados; implicam a redistribuição de poder ou empowerment, bem como o controlo do processo pelos participantes; finalmente, devem articular-se com processos externos.

Dessa forma, compreende-se que o desenvolvimento local se fundamenta em transformações conduzidas pela própria comunidade, a fim de promover melhores condições de vida e valorização dos recursos locais, por meio da cooperação no enfrentamento de desafios políticos, econômicos e sociais.

Outra vertente do debate desenvolvimentista refere-se ao desenvolvimento sustentável, centrado na interação entre o ser humano e o meio ambiente, bem como nos impactos da intervenção antrópica. A partir de 1992, com a Conferência de Estocolmo, essa problemática passou a ser discutida de maneira mais abrangente, com o intuito de integrar economia e sustentabilidade.

Desde então, o futuro passou a ser concebido com base em perspectivas mais otimistas, atrelando-o à qualidade ambiental. O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou maior difusão a partir do Relatório Brundtland, elaborado em 1987, que propunha satisfazer as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras, uma vez que estas também dependem do meio ambiente para garantir qualidade de vida. No entanto, esse modelo de desenvolvimento também foi alvo de críticas por subordinar-se aos interesses do crescimento econômico.

Nessa perspectiva, Ferreira e Raposo (2017, p. 127) observam que:

A ideia de promoção de equidade no presente, assente no discurso do Relatório contra a 'pobreza endêmica' e na garantia das 'aspirações a uma vida melhor para todos' é analítica e politicamente negligenciada, na medida em que não se discutem os processos que provocam a pobreza e que ameaçam a justiça social.

Diante disso, constata-se que o desenvolvimento econômico e tecnológico ainda não havia alcançado os países considerados subdesenvolvidos, levando as nações do Sul global a reivindicarem o direito ao crescimento econômico como meio de combate à pobreza, posicionando-se, assim, em desacordo com as nações do Norte, já industrializadas e desenvolvidas (Sachs, 1996).

No contexto da sustentabilidade ambiental, Ferreira e Raposo (2017) discutem três perspectivas elaboradas por Sachs (1996), amplamente debatidas na atualidade: a perspectiva da fortaleza, a perspectiva do astronauta e a perspectiva da casa.

Perspectiva da fortaleza: parte da visão de que os recursos naturais são finitos, mas que o crescimento econômico alavanca a descoberta de novas tecnologias que, por sua vez, permitirão a contínua progressão do desenvolvimento econômico. Neste discurso, 'o Sul é a arena de ajustamento ambiental', tanto do ponto de vista demográfico como industrial. O seu crescimento populacional deve ser contido, para travar as grandes vagas de imigração para o Norte. E os problemas ambientais provocados devem ser resolvidos com mais capital, expertise técnica, tecnologia e crescimento econômico.

Perspectiva do astronauta: reconhece os limites ecológicos como um problema efetivamente global que, por isso, requer soluções de gestão globais. Propõe, assim, a cooperação global, através de acordos multilaterais entre o Norte e o Sul, para enfrentar os desafios da crise da natureza, sem negligenciar a crise da justiça (social).

Perspectiva de casa: une comunidades e movimentos sociais do Sul e do Norte contra o modelo de desenvolvimento capitalista global. Nesta perspectiva, é o Norte que deve sofrer um ajustamento ambiental, para reduzir a sua pegada ecológica. Esta corrente refuta a ideia de redistribuição do desenvolvimento convencional, como forma de enfrentar a crise da justiça e a crise da natureza, porque considera que ambas as crises são o resultado desse mesmo desenvolvimento (Ferreira; Raposo, 2017, p. 129-130, grifo nosso).

Diante dessas abordagens, compreende-se que o desenvolvimento sustentável somente será viável se houver ampla participação social, o que demanda a adoção de um novo modelo administrativo e democrático. É por meio da sistematização política que se poderá estruturar, de forma equitativa, um modelo de mercado centrado nas necessidades sociais e na preservação ambiental, minimizando os impactos negativos ao meio ambiente.

Nesse sentido, torna-se relevante analisar como esses temas e debates se

manifestam em diferentes contextos, especialmente no ambiente escolar. No próximo capítulo, é apresentada, de maneira detalhada, a metodologia adotada para a pesquisa.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

Para a elaboração deste estudo foi adotada uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de analisar a inter-relação entre as agendas globais de desenvolvimento, em especial, a Agenda 2030 e seus ODS, e o ensino público no estado de Goiás. O objetivo central consistiu em investigar de que forma essas agendas têm sido incorporadas às práticas pedagógicas no contexto educacional goiano, com ênfase na Plataforma NetEscola – Ser Goiás, vinculada à SEDUC-GO.

A investigação inseriu-se na linha de estudo Educação e Desenvolvimento Regional e buscou compreender como a temática do desenvolvimento, bem como as agendas que o fundamentam, é abordada (ou negligenciada) em ambientes de ensino e aprendizagem, tomando como referência uma Plataforma institucional de apoio educacional. Para tanto, foram utilizados os métodos de análise documental e revisão bibliográfica, associados à coleta e à sistematização de dados qualitativos.

De acordo com Cardano (2017), a investigação qualitativa concentra-se na análise dos elementos subjetivos envolvidos nos fenômenos sociais e nas ações humanas, buscando compreender suas nuances e significados. Logo, torna-se fundamental analisar o objeto de estudo de forma aprofundada, considerando o ambiente sociocultural em que está inserido e os traços distintivos da sociedade à qual pertence.

Os conceitos fundamentais que orientaram a pesquisa centraram-se no desenvolvimento sustentável e nas políticas públicas educacionais. O desenvolvimento sustentável, segundo os princípios estabelecidos na Agenda 2030, pressupõe o equilíbrio entre as dimensões ambiental, social e econômica, assegurando que o progresso atual não comprometa as necessidades das gerações futuras (United Nations, 2015).

Dentre os documentos norteadores que compuseram o *corpus* de análise, destacam-se a própria Agenda 2030 e seus ODS, os objetos de conhecimento disponibilizados na Plataforma NetEscola – Ser Goiás, bem como relatórios oriundos de conferências internacionais sobre desenvolvimento e sustentabilidade, a exemplo da Rio-92. Na análise documental, atenção especial foi direcionada a termos-chave, como desenvolvimento sustentável, Agenda 2030 e sustentabilidade, buscando compreender a presença (ou ausência) desses conceitos no material pedagógico

ofertado.

A relevância desta pesquisa reside no fato de que tanto o Brasil quanto o Estado de Goiás formalizaram adesão à Agenda 2030 e a seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assumindo o compromisso de internalizar e aplicar diretrizes globais voltadas à construção de um futuro mais equitativo e sustentável. Nesse cenário, torna-se pertinente investigar em que medida as políticas e práticas educacionais da rede pública, particularmente aquelas operacionalizadas por meio da Plataforma NetEscola – Ser Goiás, dialogam com os princípios dessa agenda internacional. Pretende-se, assim, identificar os aspectos já contemplados nos objetos de conhecimento da Plataforma, especialmente no que se refere à integração dos ODS e da Agenda 2030 às práticas escolares.

A NetEscola consiste em um ambiente digital voltado ao apoio do ensino público estadual, disponibilizando objetos de conhecimento, ferramentas para docentes e recursos didáticos para estudantes. Trata-se de uma iniciativa estratégica para a implementação de práticas pedagógicas alinhadas às agendas globais de desenvolvimento, favorecendo a integração de temas como sustentabilidade e desenvolvimento no currículo escolar. A análise da Plataforma concentrou-se, portanto, nos objetos de conhecimento relacionados com as agendas de desenvolvimento e sustentabilidade.

Os procedimentos metodológicos para a pesquisa incluíram: revisão bibliográfica de artigos, livros e dissertações que abordam o desenvolvimento sustentável e as políticas públicas educacionais; e análise documental de normas e diretrizes que evidenciam a incorporação das agendas globais nas práticas pedagógicas.

E ainda, foi realizada uma análise detalhada da NetEscola, com ênfase na forma como seus objetos de conhecimento estão alinhados aos princípios do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, insere-se a Agenda 2030 e seus 17 ODS, desdobrados em 169 metas inter-relacionadas. Esses objetivos visam fomentar o desenvolvimento sustentável por meio de três dimensões fundamentais: a econômica, voltada à prosperidade e ao uso eficiente dos recursos; a social, que prioriza a inclusão e a equidade; e a ambiental, que enfatiza a proteção do planeta e a gestão responsável dos recursos naturais.

Nesta dissertação, o foco recaiu especificamente sobre a dimensão ambiental dos ODS. Assim, buscou-se investigar de que forma os princípios e metas

relacionados à sustentabilidade e à educação ambiental estão sendo incorporados e operacionalizados nos objetos de conhecimento oferecidos pela NetEscola. O Quadro 2 apresenta as variáveis consideradas para o diagnóstico:

Quadro 2 – Variáveis para diagnóstico

Variável	Descrição	Instrumento / Fonte de Dados	Observações para o Diagnóstico
Princípios das Agendas Globais de Desenvolvimento (Ambiental)	Identificação dos conceitos e princípios-chave relacionados com as agendas globais, como a Agenda 2030 e os ODS.	Objetos de conhecimento da Plataforma NetEscola.	Verificar a compreensão e a base teórica sobre o que as agendas globais propõem em termos de educação ambiental para o desenvolvimento sustentável.
Conexão NetEscola e ODS	Verificação da integração e da coerência entre o conteúdo da NetEscola sobre educação ambiental e os objetivos e metas ambientais específicos dos ODS.	Objetos de conhecimento da Plataforma NetEscola.	Avaliar se a Plataforma faz referências explícitas ou implícitas aos ODS. Identificar se os temas abordados dialogam com as metas de proteção ambiental previstas nos ODS.
Contextualização com Crises Ambientais Globais	Investigação sobre a abordagem, pela Plataforma NetEscola, das crises ambientais contemporâneas (poluição, mudanças climáticas, perda de biodiversidade, etc.) e sua relação com a necessidade de um modelo de desenvolvimento mais consciente.	Objetos de conhecimento da Plataforma NetEscola.	Verificar a presença de materiais que discutam as consequências do modelo consumista e do desenvolvimento desvinculado da consciência ambiental.
Conexão da Agenda Global com Discussões Regionais – Goiás	Identificação da articulação entre os princípios das agendas globais, como a Agenda 2030 e os ODS, e aspectos regionais relacionados ao estado de Goiás e seus municípios.	Objetos de conhecimento da Plataforma NetEscola.	Verificar a presença de objetos de conhecimento que relacionem os impactos ambientais regionais às propostas das agendas globais e discutam os desafios locais associados ao desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado pela autora (2025).

A abordagem adotada nesta pesquisa permitiu evidenciar a relação entre as grandes agendas globais de desenvolvimento e a educação pública no estado de Goiás. Além de analisar os fundamentos da Agenda 2030, a investigação explorou o conteúdo da Plataforma NetEscola, destacando sua relevância como ferramenta pedagógica para a disseminação de temas alinhados aos ODS.

Dessa forma, foi possível sistematizar variáveis importantes para a compreensão de como a educação ofertada na rede pública estadual dialoga com os princípios do desenvolvimento sustentável.

No próximo capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa, com ênfase no cenário educacional goiano, no papel desempenhado pela SEDUC-GO e pelas Coordenações Regionais de Educação (CREs), bem como na forma como a Plataforma NetEscola tem contribuído para a promoção de uma educação pública de qualidade. A análise visa fomentar reflexões sobre a efetividade dessa iniciativa e os aspectos que ainda demandam aprimoramento, com vista ao fortalecimento da articulação entre educação e sustentabilidade.

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS

3.1 A EDUCAÇÃO EM GOIÁS

O estado de Goiás, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, possui atualmente uma população de 7.056.495 habitantes, distribuída em 246 municípios, com uma área territorial de 340.242,859 km². Trata-se do 11º estado mais populoso do país, conforme dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2023, a rede pública de ensino do estado registrou um total de 1.096.576 matrículas, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Matrículas iniciais em 2023

MATRÍCULAS INICIAIS EM 2023 (INEP)		
	Rede Estadual	Estadual e Municipal
Educação Infantil	39	76.794
Pré-escola	0	128.191
Ensino Fundamental / Anos Iniciais	1.194	368.810
Ensino Fundamental / Anos Finais	216.740	301.962
Ensino Médio	176.901	177.452
Educação de Jovens e Adultos	32.311	43.367

Fonte: Adaptada de INEP (2023).

De acordo com o Portal QEdu (2024), Plataforma educacional gerida atualmente pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), que reúne os principais indicadores da educação brasileira, Goiás contava, até o ano de 2023, com um total de 963 escolas em funcionamento.

Ainda conforme dados divulgados pelo Portal do Governo do Estado de Goiás (2024), naquele ano atuavam na Educação Básica estadual 26.708 educadores, dos quais 17.236 eram servidores efetivos e 9.472, temporários. O mesmo portal noticiou que Goiás, juntamente com os estados do Piauí e de Pernambuco, figurou entre os poucos que conseguiram atingir a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O estado alcançou uma média de 4,8, superando a meta estipulada de 4,7 e posicionando-se como a unidade federativa com a maior nota no Ideb do país.

No que se refere à distorção idade-série — indicador que considera estudantes com dois ou mais anos de atraso escolar —, o INEP (2023) apontou, para o mesmo ano, taxas de 7,3% nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 14,6% nos anos finais do Ensino Fundamental e 13,9% no Ensino Médio.

Observa-se que os dados levantados revelam um cenário educacional relativamente positivo. Embora ainda haja desafios a serem enfrentados, como a distorção idade-série, o estado de Goiás apresenta desempenho expressivo no Ideb e mantém taxas de atraso escolar dentro de padrões aceitáveis quando comparadas ao contexto nacional.

3.2 A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS

A SEDUC-GO exerce prerrogativas de superintendência voltadas à estruturação, à coordenação, à promoção e ao aprimoramento das políticas públicas educacionais, utilizando conhecimentos e técnicas legais aplicáveis aos campos pedagógico e administrativo. Suas ações estão em consonância com os dispositivos legais nacionais, tais como: o Plano Nacional de Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), o Estatuto da Igualdade Racial, dentre outros instrumentos normativos utilizados pela secretaria.

Compete à SEDUC-GO planejar e supervisionar as políticas educacionais no estado de Goiás, gerenciando a Educação Básica da rede estadual em 246 municípios e estabelecendo diretrizes para todo o sistema de ensino. Um de seus principais objetivos é promover a aprendizagem, com o intuito de garantir o acesso ao conhecimento a todos os estudantes. Para isso, a Secretaria desenvolve programas e projetos direcionados à formação integral dos discentes, preparando-os para a convivência social e para o ingresso no Ensino Superior.

Outra atribuição importante da SEDUC-GO é o gerenciamento dos recursos humanos, com foco na formação continuada dos profissionais da educação, tanto docentes quanto administrativos. Essa formação tem como finalidade desenvolver

políticas que valorizem os profissionais atuantes nas escolas da rede estadual. Um exemplo dessa política pública é o Colégio Tecnológico do Estado de Goiás (Cotec), que atua em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e já contou com mais de 195 mil inscritos. O Cotec oferece cursos de formação continuada de qualidade, tanto presenciais quanto a distância. Segundo dados do site oficial do Cotec (2024), há 17 unidades do colégio distribuídas em 16 cidades goianas.

A Secretaria também é responsável pela gestão da infraestrutura das escolas da rede estadual, promovendo reformas, manutenção e projetos de melhoria. Além disso, realiza o monitoramento da qualidade do ensino por meio de indicadores e instrumentos avaliativos, acompanhando o desempenho dos estudantes e das unidades escolares. Destaca-se ainda o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, visando à cooperação interinstitucional no campo educacional.

Historicamente, as políticas públicas e os governos estaduais têm se empenhado em modernizar a educação em Goiás, buscando resultados positivos que sirvam de referência para o cenário nacional. Após a transferência da capital para Goiânia, foi criada a Secretaria de Estado da Educação e Saúde, conforme o Decreto-Lei n.º 234, de 06 de dezembro de 1944. Posteriormente, essa nomenclatura foi alterada pela Lei n.º 10.160, de 09 de abril de 1987, passando a ser denominada Secretaria de Estado da Educação (SEE).

Segundo o site oficial da SEDUC-GO (2019), o ano de 1989 marcou um momento decisivo para a educação goiana, com a reorganização das finalidades educativas. Dentre as novas competências atribuídas à secretaria, encontram-se: a promoção da qualidade do ensino público, a fiscalização dos estabelecimentos de ensino, o controle dos recursos financeiros destinados às escolas, o apoio financeiro aos municípios para ações educativas e a assistência à população que não concluiu os estudos na idade apropriada, permitindo a continuidade da formação na Educação Básica ou no Ensino Superior.

Atualmente, a SEDUC-GO é liderada pela professora Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira, que está à frente da pasta desde 2019. A instituição valoriza a atuação de profissionais participativos, comprometidos com a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Dentre as ações implementadas pela SEDUC-GO, podem ser citadas: Projeto Revisa Goiás, Plataforma NetEscola e Aba Ser, iniciativas que visam apoiar o

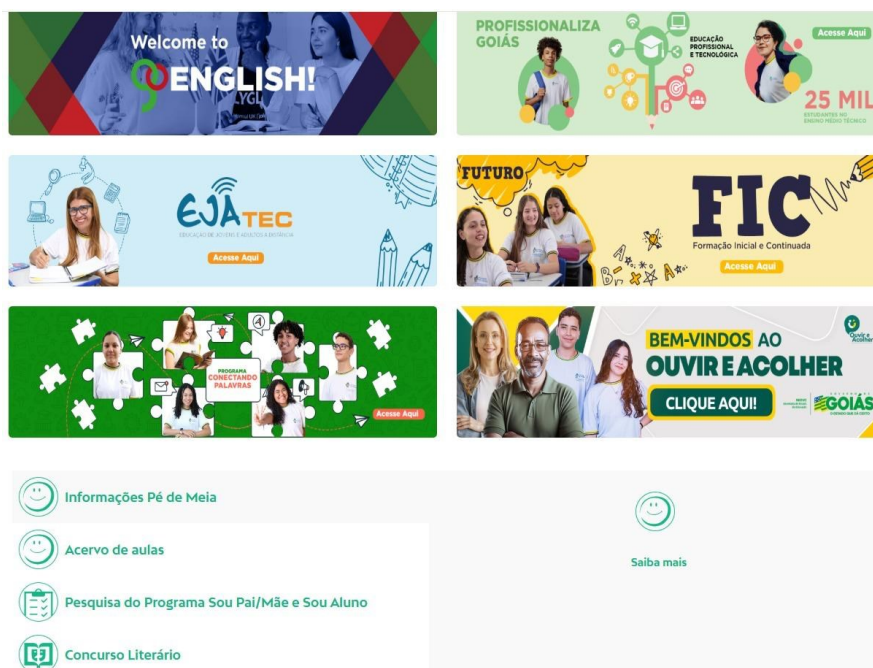
processo de aprendizagem dos estudantes. Dentre essas ações, aborda-se a NetEscola.

3.3 PLATAFORMA NETESCOLA – SER GOIÁS

Lançada em 2020 pelo Governo de Goiás, a Plataforma NetEscola foi criada com o intuito de auxiliar professores e estudantes da rede estadual durante o regime especial de aulas não presenciais. Os objetos de conhecimento abrangem os componentes curriculares de todas as áreas do conhecimento, distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

A NetEscola é um ambiente digital voltado para apoiar o ensino na rede pública estadual de Goiás. Com uma interface acessível e intuitiva, a Plataforma reúne uma ampla variedade de recursos pedagógicos, tais como videoaulas, materiais didáticos, atividades e listas de exercícios, todos elaborados por professores da rede estadual. Seu objetivo principal é facilitar o acesso ao conhecimento, oferecendo ferramentas que promovam a aprendizagem de forma prática e inovadora, diretamente pela internet. A Figura 1 ilustra a página inicial da Plataforma na internet:

Figura 1 – Página inicial da Plataforma NetEscola



Fonte: Goiás (2020).

A Plataforma disponibiliza recursos que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem, além de contar com ferramentas para comunicação entre estudantes, professores, pais e responsáveis. Mesmo após o período crítico da pandemia da Covid-19, o uso da Plataforma visa ampliar o acesso dos estudantes à escolarização, melhorar a qualidade da educação em Goiás e promover a inclusão digital, reforçando a ideia de que a tecnologia pode ser um instrumento importante para democratizar o acesso a recursos educacionais de qualidade.

Dentro da Plataforma, o desenvolvimento da Aba Ser nas salas de aula representa um processo que integra tecnologia e pedagogia. Inicialmente, os professores planejam e selecionam os objetos de conhecimento, de acordo com o DC-GO. Em seguida, implementam esses objetos de conhecimento na Aba Ser, orientando os estudantes sobre o uso da Plataforma e seus recursos. Posteriormente, elaboram atividades e exercícios que utilizam a Aba Ser para reforçar a aprendizagem, monitorando o progresso dos alunos por meio da avaliação de seu desempenho. A Figura 2 mostra que os professores tem acesso a uma série de dados dentro da Plataforma:

Figura 2 – Acesso a dados por parte dos professores



Fonte: Goiás (2020).

Os docentes podem elaborar aulas interativas na Aba Ser, enquanto os

estudantes realizam atividades e projetos utilizando os recursos disponibilizados pela Plataforma. Para avaliar o progresso dos alunos, os professores utilizam os relatórios de desempenho gerados pela Aba Ser, o que possibilita ajustes no planejamento das atividades pedagógicas. É importante ressaltar que, embora essa seja a estrutura geral do uso da Plataforma, o processo pode variar conforme as necessidades específicas de cada professor e estudante.

No apoio ao gerenciamento desses relatórios, destaca-se a atuação da equipe da Coordenação Regional de Educação (CRE) de cada município. Essa equipe pedagógica é composta por assessor pedagógico, tutores, supervisores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e pelo mediador da inclusão, que compõem a denominada Assessoria Pedagógica (APed). Esta assessoria segue diretrizes operacionais específicas, realizando visitas às unidades escolares jurisdicionadas à sua regional, com frequência de três vezes por semana. Nessas visitas, o foco principal é a aprendizagem dos estudantes, bem como o suporte ao grupo gestor e aos professores, para o desenvolvimento de ações e o alcance dos objetivos previstos nos planos de ação das unidades escolares. Em um dia específico, a APed interage diretamente com os estudantes, utilizando os acessos e relatórios da Plataforma para demonstrar o desempenho individual de cada um.

3.4 ANÁLISE DO CONTEÚDO DA AGENDA 2030 NA PLATAFORMA NETESCOLA

A Plataforma NetEscola representa um avanço significativo da educação em Goiás, ao integrar demandas contemporâneas e as urgências da cidadania global, conforme preconizado pela Agenda 2030 da ONU.

Mais do que um recurso temporário para o ensino remoto durante a pandemia, a Plataforma superou esse desafio ao oferecer uma variedade de atividades pedagógicas diversificadas, recursos audiovisuais que favorecem a aprendizagem, listas interativas de exercícios e materiais didáticos elaborados por professores da própria rede estadual. Assim, cumpre seu compromisso de garantir suporte de qualidade tanto para estudantes quanto para docentes.

Disponível tanto como portal (*site*) quanto em aplicativo para dispositivos móveis, o NetEscola assegura o acesso aos seus recursos em diferentes contextos e aparelhos, de forma a democratizar o acesso ao conhecimento sem limitações geográficas ou socioeconômicas.

Outrossim, a Plataforma está em constante atualização, incorporando melhorias na interface para garantir uma navegação mais intuitiva e uma usabilidade mais agradável. A versão atual permite aos usuários a personalização do perfil, conferindo identidade própria no ambiente virtual de aprendizagem, além do acesso a informações essenciais como boletins escolares, objetos de conhecimento específicos por componente curricular, salas de aula virtuais para interação em tempo real, acompanhamento de frequência e calendário semestral, o que confere maior autonomia na gestão da trajetória educacional.

Outro recurso importante é o mural de mensagens, que serve para a divulgação de comunicados oficiais da SEDUC-GO, da gestão escolar e dos próprios professores, otimizando a comunicação e mantendo toda a comunidade escolar informada sobre eventos, prazos e demais informações relevantes.

A NetEscola mantém uma relação direta com a Agenda 2030. Conforme verificado na pesquisa, os objetos de conhecimento disponíveis na Plataforma apoiam a promoção do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental. Ao incorporar temas relacionados com os ODS em suas propostas pedagógicas, a Plataforma contribui para que os alunos desenvolvam uma visão mais ampla e crítica sobre os desafios contemporâneos que impactam o planeta.

Na NetEscola, foram identificados documentos dedicados exclusivamente à apresentação da Agenda 2030, conforme ilustrado na Figura 3. O principal conteúdo desse material são os Cadernos Orientativos dos ODS, que orientam o entendimento e a aplicação desses objetivos no contexto educacional.

Figura 3 – ODS na Plataforma NetEscola



Fonte: Goiás (2020).

Nos objetos de conhecimento de Geografia e História, foram identificados materiais específicos dedicados à apresentação da Agenda 2030 e dos ODS, conforme ilustrado na Figura 4. Esses objetos de conhecimento abordam temas relacionados com o desenvolvimento, destacando a importância dos ODS na promoção da qualidade de vida.

Figura 4 – Temas relacionados com desenvolvimento na Plataforma NetEscola



Fonte: Goiás (2020).

Em Geografia, os materiais exploram a relação entre desenvolvimento econômico e impactos ambientais, analisando como as práticas humanas influenciam a sustentabilidade dos recursos naturais. Também são discutidas as mudanças climáticas e os desafios enfrentados pelos países para mitigar seus efeitos por meio de políticas públicas eficazes. A aula sobre desenvolvimento tecnológico e formas de trabalho complementa essa discussão, abordando como a inovação tecnológica tem transformado as relações laborais e os modelos produtivos. O avanço da automação redefine profissões, impactando diretamente a economia global e a estrutura social, o que exige adaptações na educação e na capacitação profissional para que os trabalhadores acompanhem essas transformações. Além disso, a tecnologia influencia a sustentabilidade ao possibilitar soluções mais eficientes para reduzir impactos ambientais e otimizar o uso dos recursos naturais.

No componente de História, foram examinadas as origens das agendas globais de desenvolvimento e o papel das organizações internacionais na formulação dos ODS. Verifica-se que os objetos de conhecimento enfatizam a evolução histórica dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento, além das estratégias adotadas ao longo das décadas para equilibrar crescimento econômico e proteção ambiental. E ainda, a aula sobre a modernidade como padrão de desenvolvimento civilizatório europeu contribui para a compreensão de como a visão europeia de progresso moldou as políticas globais de desenvolvimento. A modernidade, marcada pela Revolução Industrial e pelo avanço tecnológico, estabeleceu um modelo de crescimento econômico que influenciou profundamente as agendas internacionais, incluindo a Agenda 2030.

É importante ressaltar que a Ficha de Planejamento apresenta uma estrutura clara que orienta a abordagem pedagógica dos objetos de conhecimento. Essa ficha contempla a Unidade Temática, os ODS, os Objetos de Conhecimento e as habilidades previstas no DC-GO, incluindo todos os elementos necessários para o planejamento das aulas, como ilustram as Figuras 5 e 6:

Figura 5 – Modelo de Ficha de Planejamento de História do 7º ano

FICHA DE PLANEJAMENTO	
Componente Curricular: História 7º Ano Semana: 01 Professor(a): Norberto Salomão	
Unidade Temática O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade
Objeto de Conhecimento DC/GO A ideia de "Novo Mundo" ante o Mundo Antigo: permanências e rupturas de saberes e práticas na emergência do mundo moderno	Metodologia 1- Introdução 2- O que é Modernidade - Definições e características principais. 3- A Modernidade como projeto europeu: racionalismo, individualismo e capitalismo. 4- Relação entre Modernidade e Expansão Marítima Europeia (séculos XV a XVIII). 5- Eurocentrismo como paradigma: a centralidade da Europa nas narrativas históricas. 6- Colonialidade do poder: a lógica de dominação para além da colonização territorial.
Habilidades Específicas BNCC,DC/GO GO-EF07HI01-B	Objetivo específico - Contextualizar a Modernidade europeia no período moderno (séculos XV a XVIII), destacando suas características principais, como o racionalismo, o capitalismo e a expansão colonial. - Examinar os impactos culturais da expansão europeia

Fonte: Goiás (2020).

Figura 6 – Modelo de Ficha de Planejamento de Geografia do 9º ano

FICHA DE PLANEJAMENTO	
Componente Curricular: Geografia 9º Ano Semana: 03 Professor(a): Izabelle de Cássia Chaves Galvão	
Unidade Temática Mundo do trabalho	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 8 – Trabalho decente e crescimento econômico
Objeto de Conhecimento DC/GO Cadeias industriais e inovação no uso dos recursos naturais e matérias-primas; Urbanização mundial; Desenvolvimento tecnológico e formas de trabalho	Metodologia O processo de urbanização e suas principais causas e consequências. Relação entre o processo de urbanização e o desenvolvimento tecnológico, industrialização e mecanização da agropecuária. Diferentes formas de trabalho decorrentes do processo de urbanização, como o trabalho industrial, o trabalho no setor de serviços e o trabalho no agronegócio.
Habilidades Específicas BNCC,DC/GO - EF09GE12-A - EF09GE13-A	Objetivo específico Compreender a relação entre o processo de urbanização e o desenvolvimento tecnológico, industrialização e mecanização da agropecuária. Identificar as formas de trabalho e a circulação do capital decorrentes do processo de urbanização. Analisar a importância da produção agropecuária na sociedade urbano-industrial.

Fonte: Goiás (2020).

Para além dos objetos de conhecimento diretamente vinculados à apresentação da Agenda 2030 e dos ODS, é possível identificar diversos materiais que, embora não estejam explicitamente relacionados, podem ser conectados às discussões sobre os ODS. A seguir, o Quadro 3 traz exemplos de alguns objetos de conhecimento disponibilizados na Plataforma e sua relação potencial com os objetivos mencionados.

Quadro 3 – Relação dos ODS com o NetEscola

ODS	Descrição	Materiais na Plataforma NetEscola
ODS 3	Saúde e bem-estar	Água para todos (SóVem)
ODS 4	Educação de qualidade	Todas as aulas contribuem para garantir uma educação inclusiva e equitativa.
ODS 5	Igualdade de Gênero	Igualdade de gênero e empoderamento (SóVem)
ODS 6	Água e saneamento	Água para todos (SóVem) Ciclo da água: escoamento em ambientes urbanos e rurais
ODS 7	Energia Limpa e Acessível	8º ano – Ciências – Fontes de energia renovável e não renovável
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	Sustentabilidade (SóVem) Ciclo da água: escoamento em ambientes urbanos e rurais
ODS 12	Consumo e produção responsáveis	Sustentabilidade (SóVem)
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	Sustentabilidade (SóVem)
ODS 15	Vida Terrestre	Sustentabilidade (SóVem) Ciclo da água: escoamento em ambientes urbanos e rurais

Fonte: Adaptado da Plataforma NetEscola (2020).

Ao abordar questões ambientais, sociais e econômicas no ambiente virtual de aprendizagem da NetEscola, a Plataforma não apenas informa, como também estimula a reflexão e o debate entre os alunos. Ao serem expostos a objetos de conhecimento que exploram a urgência da conservação ambiental, a necessidade de equidade social e modelos de desenvolvimento econômico sustentável, os estudantes são incentivados a construir um pensamento crítico e a se tornarem cidadãos mais conscientes e engajados nas problemáticas globais, seja nas esferas social, econômica ou ambiental.

A preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), um dos principais instrumentos de avaliação e acesso ao Ensino Superior no Brasil, também se beneficia da integração de temas ambientais na Plataforma. A matriz de referência do ENEM aborda, de forma consistente, questões relacionadas com o meio ambiente, estabelecendo uma conexão direta com os ODS da Agenda 2030. Ao oferecer objetos de conhecimento que exploram essa interface entre currículo e demandas do exame, a NetEscola busca auxiliar na preparação acadêmica dos alunos, fomentando a discussão e o aprendizado acerca de temas ambientais importantes para o desenvolvimento sustentável, de modo a preparar esses sujeitos para um futuro em que a consciência ambiental e a responsabilidade social serão cada vez mais valorizadas.

No que tange aos ODS, a Plataforma se alinha explicitamente ao Objetivo 4, que visa garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A NetEscola concretiza esse objetivo ao ofertar objetos de conhecimento abrangentes, contemplando diversas áreas do conhecimento e ampliando o acesso à educação para estudantes em todo o estado de Goiás.

O emprego de ferramentas tecnológicas inovadoras no processo de aprendizagem é um diferencial da NetEscola, o que contribui diretamente para a melhoria da qualidade do ensino. A interatividade proporcionada pelos recursos digitais, a possibilidade de personalização do aprendizado e a diversidade de formatos (textos, vídeos, animações, jogos educativos) atendem a diferentes estilos de aprendizagem, visando promover a construção de sentido com o que é apreendido.

Ademais, a Plataforma busca fomentar uma educação mais inclusiva e equitativa. Ao disponibilizar recursos acessíveis em diferentes dispositivos e contextos, a NetEscola tem como objetivo contribuir para diminuir as desigualdades no acesso ao conhecimento, oferecendo oportunidades de aprendizagem para alunos que, de outra forma, poderiam ter seu acesso à educação limitado.

No que se refere à Agenda 2030, a NetEscola não se restringe apenas ao ODS 4, posto que também se relaciona a outros objetivos, como o ODS 5 (igualdade de gênero), por meio de objetos de conhecimento que tratam da equidade de gênero, desconstruindo estereótipos e valorizando a diversidade. Essa abordagem contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos, que

reconhecem a importância da igualdade de gênero para uma sociedade justa e desenvolvida. E mais, relaciona-se com o ODS 17 (parcerias e meios de implementação), quando fortalece a colaboração entre o governo estadual, os educadores da rede, os alunos e, indiretamente, a sociedade em geral, criando um ecossistema colaborativo de aprendizagem que visa alcançar os objetivos educacionais de forma mais eficaz.

A NetEscola possui um potencial significativo para promover a conscientização e o comprometimento dos alunos em relação aos temas centrais da Agenda 2030, como o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e a promoção da cidadania global. Ao integrar esses temas de maneira transversal em seus objetos de conhecimento e suas atividades, a Plataforma estimula os estudantes a refletirem sobre seu papel no mundo e a desenvolverem um senso de responsabilidade diante dos desafios globais.

A abordagem da educação ambiental na NetEscola, especialmente por meio do programa "Só Vem Enem", é um exemplo concreto desse potencial. A Plataforma contribui para a formação de cidadãos ambientalmente conscientes, capazes de tomar decisões informadas e adotar práticas sustentáveis no cotidiano, oferecendo materiais e atividades que exploram as interconexões entre as ações humanas e o meio ambiente.

3.5 DESAFIOS PARA A PLATAFORMA NETESCOLA

Um dos principais desafios identificados na Plataforma NetEscola refere-se à sua limitação de abrangência, atualmente concentrada no projeto "Só Vem Enem". Considera-se fundamental que a Plataforma seja ampliada para contemplar todas as etapas e modalidades da Educação Básica, possibilitando a integração dos temas da Agenda 2030 em todos os níveis de ensino. Essa expansão fortaleceria significativamente o papel da NetEscola na formação integral dos estudantes, promovendo uma educação voltada ao desenvolvimento sustentável.

A ampliação da Plataforma poderia incluir, além do ensino médio, os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, assegurando a abordagem transversal dos ODS desde os primeiros anos da vida escolar. Com isso, seria possível promover uma compreensão mais ampla e crítica sobre as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento sustentável, contribuindo para a formação de

sujeitos conscientes e atuantes em sua realidade.

Outros aspectos estratégicos para o aprimoramento da educação em Goiás incluem a expansão do ensino em tempo integral, o que proporcionaria um currículo mais diversificado, com atividades complementares para favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes. Da mesma forma, o investimento na formação continuada dos professores é condição para capacitá-los no uso de metodologias ativas e tecnologias educacionais de forma crítica e criativa, elevando a qualidade do ensino oferecido.

A inclusão digital também se configura como um ponto sensível. A ampliação do acesso à internet e a dispositivos tecnológicos é indispensável para assegurar condições equitativas de uso da Plataforma por todos os alunos. Nesse contexto, políticas públicas voltadas à conectividade e à infraestrutura tecnológica nas escolas são vitais.

Outro campo relevante é o fortalecimento da educação profissional e tecnológica, por meio de programas como o GoiásTec, que oferece cursos técnicos e profissionalizantes voltados à inserção dos jovens no mundo do trabalho. Essa iniciativa pode ser integrada à Plataforma NetEscola, ampliando suas funcionalidades e potencializando seu alcance junto à juventude goiana.

A educação especial também merece destaque, exigindo o desenvolvimento e a disponibilização de materiais acessíveis e adaptados às diferentes necessidades dos alunos com deficiência. Essa medida é importante para garantir uma aprendizagem inclusiva, equitativa e de qualidade, conforme preconizado pelos ODS.

E mais, estratégias inovadoras podem tornar a Plataforma mais atrativa e eficaz. Dentre elas, destaca-se o uso de gamificação e interatividade, com a inserção de desafios, recompensas, simuladores e atividades práticas que promovam o engajamento cognitivo dos alunos. Esses recursos tendem a estimular a participação ativa, crítica e autônoma no processo de aprendizagem.

Cabe ressaltar que, ao se realizar uma busca na Plataforma pelo termo “Agenda 2030”, não foram encontrados materiais específicos (ver Figura 7). No entanto, ao se utilizar a expressão “ODS”, foram localizados objetos de conhecimento destinados à apresentação da Agenda 2030 e de seus objetivos.

Figura 7 – Resultado da busca pelo termo “agenda 2030”



Fonte: Goiás (2020).

Nesse sentido, os professores também poderiam ser beneficiados por formações continuadas voltadas especificamente para o uso da Plataforma NetEscola, à medida que ela for sendo aprimorada. Ressalta-se que formações continuadas já são realizadas com outras temáticas, o que demonstra a viabilidade dessa proposta.

Entende-se que o fortalecimento das competências pedagógicas e tecnológicas dos docentes é fundamental para que consigam integrar, de maneira efetiva, os temas da Agenda 2030 às suas práticas pedagógicas. Capacitações constantes sobre novas metodologias e ferramentas digitais contribuem para o aprimoramento da didática e asseguram que os objetos de conhecimento sejam abordados de forma contextualizada.

Para que a Plataforma NetEscola atinja seus objetivos educacionais, torna-se necessário desenvolver mecanismos sistemáticos de avaliação e monitoramento, capazes de mensurar os impactos de seu uso no desempenho e no desenvolvimento dos estudantes. A análise contínua do progresso dos alunos e o acompanhamento da incorporação dos conceitos da Agenda 2030 nas atividades

pedagógicas permitirão a realização de ajustes e melhorias contínuas nos objetos de conhecimento oferecidos.

Indicadores de aprendizagem, devolutivas regulares dos estudantes e métricas de engajamento possibilitam uma gestão mais eficiente da Plataforma, contribuindo para que ela cumpra sua missão de promover uma educação acessível e de qualidade.

No que diz respeito à acessibilidade, é preciso que a NetEscola assegure uma experiência inclusiva, de modo a democratizar o acesso à educação. A adaptação dos objetos de conhecimento para atender a diferentes necessidades educacionais especiais é importante para garantir a equidade no processo de ensino e aprendizagem e para promover um ambiente escolar acolhedor e respeitoso para todos.

Recursos como legendas, audiodescrição, tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e interfaces adaptativas visam assegurar que estudantes com deficiência possam usufruir plenamente da Plataforma, em conformidade com os princípios da educação inclusiva.

É necessário também intensificar a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares disponibilizados, a fim de favorecer uma compreensão integrada dos desafios globais, em consonância com os princípios da ONU e os ODS da Agenda 2030.

Outrossim, faz-se pertinente considerar a ampliação da oferta de objetos de conhecimento multidisciplinares, que possibilitem aos estudantes conectarem diferentes áreas do conhecimento e compreender, de maneira mais ampla, a complexidade das questões sociais, ambientais e econômicas contemporâneas. A articulação entre as linguagens, as ciências exatas, humanas e naturais deve ocorrer de forma coerente com o nível de escolarização dos alunos, com vista a uma aprendizagem significativa e contextualizada.

A seguir, apresenta-se um relatório diagnóstico conciso, acompanhado de recomendações técnicas para a atualização da Plataforma, com ênfase na ampliação da articulação entre seus objetos de conhecimento e os princípios da Agenda 2030.

3.6 RELATÓRIO DIAGNÓSTICO COM RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

A leitura realizada ao longo da pesquisa foi fundamental para sustentar a análise crítica da plataforma NetEscola, oferecendo subsídios teóricos e normativos que permitiram compreender o desenvolvimento em suas dimensões humana, social, sustentável e territorial. Os autores mobilizados contribuíram para ampliar a noção de desenvolvimento, vinculando-a à educação como instrumento de transformação social e regional.

A partir do referencial abordado ao longo da pesquisa, foi possível avaliar os objetos de conhecimento da plataforma quanto à sua articulação com os ODS, identificando lacunas, potencialidades e limites. Assim, a leitura não apenas orientou a construção dos critérios analíticos, mas também possibilitou propor recomendações técnicas que visam fortalecer o papel da educação pública na promoção de uma agenda formativa alinhada às demandas globais e locais.

Este relatório aborda aspectos fundamentais para o aprimoramento da Plataforma NetEscola, como a melhoria da acessibilidade, a integração de objetos de conhecimento interdisciplinares, a ampliação da oferta de materiais sobre sustentabilidade e desenvolvimento regional, bem como aperfeiçoamentos na interface digital que facilitem a navegação dos usuários.

Além disso, serão propostas estratégias para fortalecer a conexão entre a NetEscola e os ODS, de modo a garantir que a Plataforma contribua de maneira mais efetiva para a formação de cidadãos críticos e engajados com os desafios globais. As recomendações apresentadas visam aprimorar a experiência de estudantes e professores, tornando a NetEscola um ambiente ainda mais inclusivo e alinhado às demandas educacionais contemporâneas.

Com base no Quadro 2 – Variáveis para diagnóstico, apresentado na seção de Metodologia, retoma-se, após a apresentação dos objetos de conhecimento relacionados com os ODS e à Agenda 2030 inseridos na Plataforma, essas variáveis, a fim de subsidiar as recomendações que serão feitas.

- **Princípios das agendas globais de desenvolvimento**

- Aspectos gerais da variável:**

- No que se refere à presença dos princípios das Agendas Globais de Desenvolvimento na Plataforma, observa-se a existência de documentos que

explicam os ODS. No entanto, não foram encontrados materiais que abordem, de maneira mais ampla, a origem e o contexto histórico dos ODS. A Agenda 2030, por sua vez, não é apresentada em sua totalidade, tampouco os documentos oficiais que formalizam o compromisso do Brasil como signatário dessa agenda. Essa lacuna evidencia a necessidade de uma abordagem mais aprofundada e transversal, que permita a integração desses objetos de conhecimento como referência em todos os componentes curriculares, e não apenas em áreas específicas.

Sugestões de melhorias para a Plataforma:

1. Apresentar a Agenda 2030 em sua totalidade, de forma clara e acessível.
2. Disponibilizar como anexos os documentos oficiais — como as cartas assinadas pelo Itamaraty e por outros órgãos competentes — que atestam a adesão do Brasil à Agenda 2030.
3. Explicitar de que maneira os princípios da Agenda 2030 se articulam com os temas e objetos de conhecimento dos diferentes componentes curriculares, promovendo uma abordagem integrada.

• Conexão NetEscola e ODS

Aspectos gerais da variável:

A análise dos componentes curriculares disponíveis na Plataforma NetEscola indica a existência de iniciativas pontuais relacionadas aos ODS, especialmente por meio de atividades do projeto “Só Vem Enem” e de materiais dos componentes de Geografia, História e Ciências. Contudo, essa conexão ainda se apresenta de forma fragmentada e pouco sistematizada. A ausência de uma abordagem transversal e explícita dos ODS nos diversos componentes curriculares limita o potencial da Plataforma como ferramenta para a promoção da Agenda 2030. Além disso, não há uma seção dedicada à explicação dos ODS nem à contextualização de suas metas no contexto educacional goiano, o que dificulta a apropriação crítica dos temas por parte de estudantes e docentes.

Sugestões de melhorias para a Plataforma:

1. Criar uma área específica na Plataforma dedicada aos ODS, com explicações acessíveis, recursos visuais e materiais de apoio voltados a professores e alunos.

2. Desenvolver trilhas de aprendizagem interdisciplinares que articulem os ODS aos objetos de conhecimento de forma clara, coerente e contextualizada.
3. Inserir etiquetas ou marcadores nos objetos de conhecimento já existentes, indicando os ODS aos quais estão relacionados, facilitando a navegação e a identificação temática.
4. Promover formações continuadas para os docentes, com foco na integração dos ODS às práticas pedagógicas, utilizando os recursos disponíveis na NetEscola.
5. Estimular a produção de projetos escolares vinculados aos ODS, prevendo espaços na própria Plataforma para a divulgação e o compartilhamento de boas práticas.
6. Incluir indicadores de monitoramento que permitam avaliar o nível de engajamento dos usuários com os objetos de conhecimento relacionados com a Agenda 2030.

- **Contextualização com crises ambientais globais**

- Aspectos gerais da variável:**

A análise dos objetos de conhecimento disponíveis na Plataforma NetEscola indica que, embora haja menções pontuais a temas ambientais, ainda se observa a ausência de uma abordagem sistemática e aprofundada sobre as crises ambientais globais. Questões como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, poluição e escassez de recursos naturais, centrais para a Agenda 2030, ainda não se encontram devidamente contempladas nos materiais didáticos.

A falta de uma contextualização clara entre os objetos de conhecimento e os impactos ambientais contemporâneos limita a capacidade dos estudantes de compreenderem a urgência e a complexidade dos desafios enfrentados pela sociedade global. Ademais, não foram identificados objetos de conhecimento que relacionem de forma direta os efeitos das ações humanas, como o consumo excessivo, o desmatamento e a emissão de gases de efeito estufa, com desdobramentos globais, tais como eventos climáticos extremos, insegurança alimentar e crises hídricas.

- Sugestões de melhorias para a Plataforma:**

1. Criar uma seção temática dedicada às crises ambientais globais, com

materiais atualizados, vídeos explicativos e infográficos que abordem causas, consequências e possíveis soluções.

2. Integrar objetos de conhecimento que estabeleçam relações entre os impactos ambientais locais e os fenômenos globais, promovendo uma visão crítica e contextualizada.
3. Desenvolver atividades interdisciplinares envolvendo os componentes curriculares de Ciências, Geografia, História e Língua Portuguesa, incentivando os alunos a refletirem sobre os efeitos das ações humanas no meio ambiente.
4. Estimular projetos escolares voltados à sustentabilidade e à mitigação de impactos ambientais, com espaço para divulgação dessas iniciativas dentro da própria Plataforma.

- **Conexão da agenda global com discussões regionais – Goiás**

Aspectos gerais da variável:

A análise da Plataforma NetEscola revela que, apesar da presença de objetos de conhecimento alinhados aos ODS, ainda é limitada a articulação explícita entre a Agenda 2030 e os desafios e potencialidades regionais do estado de Goiás. Iniciativas como o Plano Goiás 2030 e o Projeto Agenda Goiás, que propõem estratégias de desenvolvimento sustentável baseadas em diagnósticos regionais, não são mencionadas nem exploradas nos materiais disponibilizados pela Plataforma.

Essa lacuna compromete a compreensão, por parte dos estudantes, de como os temas globais se manifestam em sua realidade local e de que forma o estado de Goiás tem buscado integrar os ODS em suas políticas públicas. A ausência de contextualização regional também pode impactar negativamente o engajamento dos alunos, que deixam de perceber a relevância prática dos objetos de conhecimento abordados.

Sugestões de melhorias para a Plataforma:

1. Incluir objetos de conhecimento que apresentem os principais planos e políticas públicas do Estado de Goiás relacionados à Agenda 2030, como o Plano Goiás 2030 e o Projeto Agenda Goiás, destacando seus eixos temáticos e suas metas regionais.

2. Desenvolver atividades que incentivem os alunos a investigarem os desafios socioambientais de seus municípios e a relacioná-los com os ODS, promovendo uma aprendizagem contextualizada.
3. Criar seções temáticas que explorem a aplicação dos ODS ao contexto goiano, apresentando exemplos de boas práticas locais nas áreas de educação, meio ambiente, saúde e mobilidade urbana.
4. Estimular parcerias com instituições regionais, como universidades, organizações não governamentais (ONGs) e secretarias estaduais, para a produção de objetos de conhecimento que reflitam a realidade local e fortaleçam o vínculo entre escola e comunidade.
5. Promover projetos interdisciplinares que incentivem os estudantes a proporem soluções sustentáveis para os problemas locais, conectando teoria e prática.

Para assegurar a efetividade dessas iniciativas, é imprescindível a implementação de um sistema de avaliação e monitoramento que acompanhe o desempenho da Plataforma. A análise de dados referentes ao aproveitamento dos alunos, à adesão aos objetos de conhecimento e ao impacto das metodologias adotadas pode fornecer subsídios para o aprimoramento contínuo da ferramenta.

E ainda, a constante atualização da interface digital da NetEscola é necessária para garantir uma navegação intuitiva e acessível, otimizando o acesso às informações e aos objetos de conhecimento curriculares.

As propostas aqui reunidas buscam consolidar a NetEscola como uma ferramenta de transformação educacional, garantindo aos estudantes um ensino de qualidade, interdisciplinar e alinhado aos desafios contemporâneos. Espera-se, com isso, contribuir para um ambiente educacional inovador, inclusivo e comprometido com a formação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho discutiu a trajetória de ideias que culminaram na formulação do conceito de desenvolvimento e na criação de agendas voltadas ao seu aprimoramento, bem como a forma como essas propostas se inserem no cotidiano escolar.

No que se refere ao desenvolvimento, ainda que tenham sido registrados avanços significativos ao longo do tempo, a implementação prática das propostas apresenta variações substanciais, dependendo dos agentes envolvidos, seja por meio de incentivos, seja pelo financiamento das iniciativas. De modo geral, os planos de desenvolvimento tendem a refletir as orientações políticas e os contextos socioculturais das regiões em que são aplicados. Assim, o progresso em uma determinada localidade pode tanto promover transformações que ampliem a participação social e fortaleçam a liberdade política das comunidades quanto resultar em processos de manipulação e instrumentalização dos sujeitos envolvidos.

No tocante ao desenvolvimento sustentável, também se observam distintas abordagens. Algumas iniciativas visam à proteção ambiental por meio da participação comunitária, com ênfase na troca de saberes e experiências locais; outras, por sua vez, priorizam a exploração econômica dos recursos naturais com novas estratégias de comercialização. Em contrapartida, existem ações que, de maneira deliberada, ocultam as verdadeiras origens dos problemas de sustentabilidade e as dinâmicas que os perpetuam.

A produção dos indicadores dos ODS continua sendo um desafio para o Brasil, não apenas pela quantidade expressiva de metas e variáveis envolvidas, como também pela sua diversidade temática. Apesar da existência de fontes de dados confiáveis, com qualidade e detalhamento adequados, a Agenda 2030 demanda informações provenientes de diferentes áreas, o que dificulta a sistematização e a integração dos dados. Além disso, a produção de determinadas informações estatísticas ainda ocorre de forma desordenada e com baixa periodicidade, comprometendo a construção dos indicadores e, por conseguinte, o monitoramento efetivo das metas estabelecidas.

A incorporação da Agenda 2030 ao debate público reacende discussões que, embora não sejam inéditas, exigem renovadas reflexões sobre os caminhos mais eficazes para promover o desenvolvimento. Nesse cenário, constata-se que, apesar

da elaboração de documentos repletos de boas intenções, a efetivação prática dessas propostas ainda encontra inúmeros entraves, especialmente em contextos marcados por interesses políticos e desigualdades estruturais. Dessa forma, o desafio maior não está na formulação de diretrizes, e sim em sua concretização, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo.

Considerando a concepção de desenvolvimento adotada neste trabalho, torna-se evidente que o Brasil, assim como outros países, precisará encontrar novas formas de organização política e de condução dos assuntos públicos. Essas novas formas de gestão devem estar genuinamente comprometidas com o projeto de desenvolvimento nacional previsto na Constituição Federal de 1988. A implementação da Agenda 2030, nesse contexto, deve ser encarada com seriedade, respeitando as especificidades da realidade brasileira. Caso contrário, corre-se o risco de que esse documento se torne apenas mais uma diretriz formal, desprovida de efetividade prática.

Diante da constatação de que todos os países compartilham um mesmo planeta, fica evidente a urgência da formulação de normas globais para o desenvolvimento de cada nação. O meio ambiente global demanda proteção coletiva, e não é mais admissível que as grandes potências o utilizem de forma indiscriminada e sem limites. Considerando o histórico de exploração excessiva dos recursos naturais e os impactos ambientais causados ao longo do tempo, é legítimo que essas potências estejam submetidas a restrições ainda mais rigorosas. Nesse cenário, acordos e tratados internacionais vêm sendo firmados ao longo dos anos com o objetivo de consolidar compromissos concretos em torno da sustentabilidade, atenuar os desequilíbrios ambientais e reduzir as desigualdades históricas entre os países.

A Agenda 2030, aprovada por diversos países no âmbito de uma organização internacional, define as diretrizes para a implementação dos ODS. Ao mesmo tempo, ela incorpora a dimensão local — isto é, a realidade de cidades e estados — ao contexto das relações internacionais. Dessa forma, valoriza-se a atuação dos entes subnacionais na efetivação dos objetivos da Agenda, tendo em vista que as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável se materializam, de fato, no plano local.

No estado de Goiás, o campo educacional apresenta um panorama dinâmico e desafiador. Apesar da ampla extensão territorial e da significativa população, o

estado tem demonstrado avanços consistentes. O número expressivo de matrículas na rede pública de ensino e as ações empreendidas pela SEDUC-GO, com destaque para o alcance da meta do Ideb, denotam um comprometimento com a melhoria da qualidade da educação. No entanto, a persistência de taxas elevadas de distorção idade/série revela que ainda são necessários esforços contínuos e estrategicamente orientados, com vista à garantia de uma trajetória escolar equitativa e efetiva para todos os estudantes.

A Plataforma NetEscola – Ser Goiás representa um avanço significativo para a educação pública estadual, ao oferecer um ambiente digital robusto, repleto de recursos e objetos de conhecimento voltados ao apoio do processo de ensino-aprendizagem. Sua conexão com os princípios da Agenda 2030 evidencia o comprometimento do governo de Goiás com a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados com os desafios contemporâneos.

Nesse contexto, a NetEscola cumpre papel relevante ao proporcionar suporte pedagógico digital a estudantes e professores. No entanto, sua configuração atual ainda apresenta limitações que podem comprometer seu pleno potencial. A ênfase predominante no projeto “Só Vem Enem” restringe seu alcance às etapas finais da Educação Básica, negligenciando outras etapas igualmente relevantes. A ampliação da atuação da Plataforma para todos os níveis de ensino é estratégica para fortalecer a inserção transversal dos temas da Agenda 2030, contribuindo para uma educação mais inclusiva e alinhada aos ODS.

Dentre as melhorias prioritárias, destaca-se a necessidade de expandir os objetos de conhecimento do currículo, assegurando que estudantes do Ensino Fundamental tenham acesso a materiais adaptados às suas realidades, e que os docentes contem com um portfólio diversificado de recursos digitais para qualificar suas práticas pedagógicas. A inclusão digital também deve constituir prioridade, com investimentos em acessibilidade, por meio da oferta de legendas, audiodescrição e tradução para Libras, a fim de garantir o pleno acesso a esses objetos por parte dos estudantes com deficiência.

Outro aspecto relevante é a promoção da interdisciplinaridade, de forma que temas como sustentabilidade, cidadania global e desenvolvimento regional sejam contemplados em diferentes áreas do conhecimento. A incorporação de questões socioambientais ao currículo pode fomentar a consciência crítica dos alunos sobre os desafios ecológicos atuais, incentivando a busca por soluções sustentáveis.

Paralelamente, é fundamental fortalecer a educação profissional e tecnológica, por meio da ampliação da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes no âmbito de programas como o GoiásTec, preparando os estudantes para o mundo do trabalho e para os desafios da sociedade contemporânea.

Com base no diagnóstico realizado ao longo da pesquisa, foram elencadas recomendações voltadas ao aprimoramento da NetEscola. Essas sugestões contemplam, além da ampliação do acesso e da diversidade de objetos de conhecimento, a transversalidade dos ODS em todas as áreas do conhecimento e etapas educacionais. Aponta-se, ainda, a necessidade de investir em mecanismos que promovam maior acessibilidade digital, personalização da experiência do usuário e inserção de documentos e referências que fortaleçam a articulação entre os objetos de conhecimento ofertados e os compromissos assumidos pelo Brasil como signatário da Agenda 2030.

A consolidação dessa articulação entre os temas globais e as realidades regionais de Goiás, associada a uma abordagem crítica das crises ambientais e à utilização da Plataforma como espaço de formação para a cidadania planetária, representa um caminho promissor para o engajamento da educação com os desafios do desenvolvimento sustentável. Espera-se, portanto, que as contribuições aqui apresentadas possam subsidiar o aprimoramento contínuo da NetEscola, consolidando-a como instrumento transformador da educação pública goiana e referência nacional na integração entre educação e sustentabilidade.

Dessa forma, espera-se que as contribuições apresentadas nesta pesquisa sirvam como subsídios para o aprimoramento contínuo da NetEscola, consolidando-a como uma ferramenta transformadora na educação pública de Goiás e como referência no alinhamento entre educação e desenvolvimento sustentável.

Assim, ao investir na expansão e qualificação da Plataforma, o estado de Goiás poderá fortalecer ainda mais a capacidade da NetEscola de se configurar como um instrumento de transformação educacional e de construção de um futuro mais justo, equitativo e sustentável para todos.

Por fim, reforça-se a importância da continuidade de pesquisas acadêmicas e de políticas públicas de monitoramento sobre os instrumentos de suporte à educação. Essas iniciativas são fundamentais para fornecer subsídios teóricos e práticos que viabilizem uma integração cada vez mais eficaz entre as agendas globais e os contextos educacionais locais, assegurando que a NetEscola, dentre

outras ferramentas, cumpra sua função como recurso educacional relevante, inclusivo e impactante no cenário educacional goiano.

REFERÊNCIAS

BLISS, F.; NEUMANN, S. **Participation in International Development Discourse and Practice**: “State of the art” and challenges. INEF Report. Duisburg, Germany: Institute for Development and Peace/ University of Duisburg, 2008. Disponível em: <https://www.uni-due.de/imperia/md/content/inef/report94.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Brasil renova parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-renova-parceria-com-a-organizacao-das-nacoes-unidas-para-agricultura-e-alimentacao-fao#:~:text=A%20FAO%20%C3%A9%20uma%20ag%C3%Aancia,uma%20vida%20ativa%20e%20sa%C3%A9%20vel>. Acesso em: 10 out. 2024.

CARDANO, Mario. **Manual de pesquisa qualitativa**. A contribuição da teoria da argumentação. Tradução: Elisabeth da Rosa Conill. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

COLÉGIO TECNOLÓGICO DO ESTADO DE GOIÁS (COTEC). **Institucional**. 2024. Disponível em: <https://cotec.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 27 jan. 2025.

FERREIRA, B.; RAPOSO, R. Evolução do(s) conceito(s) de desenvolvimento: um roteiro crítico. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, p. 113-144, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2930/293055456006.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FRAGOSO, A. Desenvolvimento participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 18, n. 1, p. 23-51, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37418103.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

GOIÁS. Lei n.º 10.160, de 09 de abril de 1987. Dispõe sobre a estrutura organizacional básica do Poder Executivo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, GO, 09 abr. 1987. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/85124/pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

GOIÁS. **Portal NetEscola**. 2020. Disponível em: <https://portalnetescola.educacao.go.gov.br/login>. Acesso em: 11 out. 2024.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Em Goiás, professores efetivos são maioria na Rede Estadual de Educação**. Goiânia, 2024. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/em-goias-professores-efetivos-sao-maioria-na-rede-estadual-de-educacao/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Nova York, EUA: Oxford University Press, 2005.

HOGAN, C. **Facilitating multicultural groups**: A practical guide. Londres, UK: Kogan Page, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go.html>. Acesso em: 02 nov. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resultados**: avaliação e exames educacionais. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>. Acesso em: 02 nov. 2024.

MACHADO, M. W.; MATSUSHITA, T. L. Globalização e Blocos Econômicos. **Direito Internacional e Globalização Econômica**, ed. especial, v. 1, n. 1, p. 104-132, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/DIGE/issue/view/2126>. Acesso em: 21 out. 2024.

MEIER, G. The old generation of development economists and the new. *In*: MEIER, G. M.; STIGLITZ, J. E. (Eds.). **Frontiers of Development Economics**: The future in perspective. Nova York, EUA: Oxford University Press, 2001. p. 13-50.

MEIER, G. **Biography of a subject**: An evolution of development economics. Nova York, EUA: Oxford University Press, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 07 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. 2002. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147273>. Acesso em: 14 out. 2024.

QEDU. Portal de Dados Educacionais. **Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional**. 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 02 nov. 2024.

SACHS, W. The political anatomy of sustainable development. **Interculture**, v. 29, n. 1, p. 14-35, 1996. Disponível em: <https://wupperinst.org/en/a/wi/a/s/ad/2009/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS (SEDUC-GO). **A história da SEDUC**. 2019. Disponível em: <https://educacao2.go.gov.br/a-secretaria/a-historia-da-seduc.html>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SILVA, M. M. da. **Desenvolvimento comunitário**: uma técnica de progresso social. Lisboa, Portugal: Associação Industrial Portuguesa, 1962.

UNITED NATIONS. **A/RES/2602(XXIV)**. 1969. Disponível em: [https://docs.un.org/en/A/RES/2602\(XXIV\)](https://docs.un.org/en/A/RES/2602(XXIV)). Acesso em: 13 out. 2024.

UNITED NATIONS. **A/CONF.157/24 (Part I)** - 13 oct. 1993. Viena, 1993. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/CONF.157/24>. Acesso em: 14 out. 2025.

UNITED NATIONS. **A/CONF.165/14** - 7 August 1996. Cairo, 1996a. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/CONF.165/14>. Acesso em: 13 out. 2024.

UNITED NATIONS. **A/51/306** - 26 August 1996. Nova York, 1996b. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/51/306>. Acesso em: 13 out. 2024.

UNITED NATIONS. **A/51/950** - 14 July 1997. Nova York, 1997a. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/51/950>. Acesso em: 14 out. 2024.

UNITED NATIONS. **A/RES/51/240** - 15 October 1997. Nova York, 1997b. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/RES/51/240>. Acesso em: 15 out. 2024.

UNITED NATIONS. **A/RES/52/12 B** - 9 January 1998. Nova York, 1998. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/res/52/12B>. Acesso em: 14 out. 2024.

UNITED NATIONS. **TD/B/EX(20)/2** - 27 January 1999. Genebra, 1999a. Disponível em: [https://docs.un.org/en/td/B/EX\(20\)/2](https://docs.un.org/en/td/B/EX(20)/2). Acesso em: 15 out. 2024.

UNITED NATIONS. **A/RES/S-21/2** - 8 November 1999. Nova York, 1999b. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/RES/S-21/2>. Acesso em: 15 out. 2024.

UNITED NATIONS. **A/S-22/9/Rev.1**. Nova York, 1999c. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/S-22/9/Rev.1>. Acesso em: 15 out. 2024.

UNITED NATIONS. **A/RES/55/2** – 18 September 2000. Nova York, 2000. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/res/55/2>. Acesso em: 15 out. 2024.

UNITED NATIONS. **A/56/326** – 6 September 2001. Nova York, 2001. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/56/326>. Acesso em: 15 out. 2024.

UNITED NATIONS. **A/RES/70/1** – 21 October 2015. Nova York, 2015. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/res/70/1>. Acesso em: 20 out. 2024.

UNITED NATIONS. **UN Documentation: Development**. 2024a. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/dev/intro>. Acesso em: 12 out. 2024.

UNITED NATIONS. **Introduction, 1946-1959**. 2024b. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/dev/1946-1959>. Acesso em: 12 out. 2024.

UNITED NATIONS. **Introduction, 1960-1970**. 2024c. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/dev/1960-1970>. Acesso em: 12 out. 2024.

UNITED NATIONS. **Introduction, 1971-1980**. 2024d. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/dev/1971-1980>. Acesso em: 12 out. 2024.

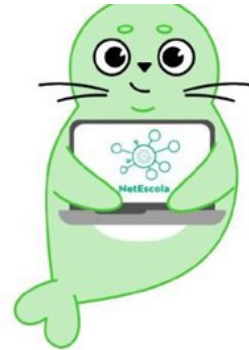
UNITED NATIONS. **Introduction, 1981-1990**. 2024e. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/dev/1981-1990>. Acesso em: 12 out. 2024.

UNITED NATIONS. **Introduction, 1991-1999**. 2024f. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/dev/1991-1999>. Acesso em: 13 out. 2024.

ANEXOS

ANEXO A – PLATAFORMA NETESCOLA

Olá, sou Doris, a focal! Bem-vindo ao NetEscola, o ambiente de aprendizagem digital oficial da Secretaria de Estado da Educação de Goiás. Aqui, você encontra tudo o que precisa para aprender e se preparar para o futuro! Acesse videoaulas, atividades, listas de exercícios, simulados, quizzes e vários materiais exclusivos produzidos por nossos professores, tudo em um só lugar e feito para você! Agora ficou muito mais fácil estudar, revisar e tirar dúvidas de onde você estiver. 🚀 ✨ Marque sua série, explore o que está disponível para você e comece sua jornada de estudos hoje mesmo! Estamos juntos nessa! FOCA NO NETESCOLA!





Informações Pé de Meia



Acervo de aulas



Pesquisa do Programa Sou Pai/Mãe e Sou Aluno



Concurso Literário



Saiba mais

- Relatório
- Só Vem Enem
- Atividades
- Desafio Crescer
- Estudos Matemáticos
- Só vem
- Acervo
- Documentos
- Administração

CRE-JUSSARA

Tipo Escola

Relatórios



228

Total de professores



3.561

Total de estudantes



36

Professores que nunca acessaram



3.430

Estudantes que realizaram o primeiro acesso



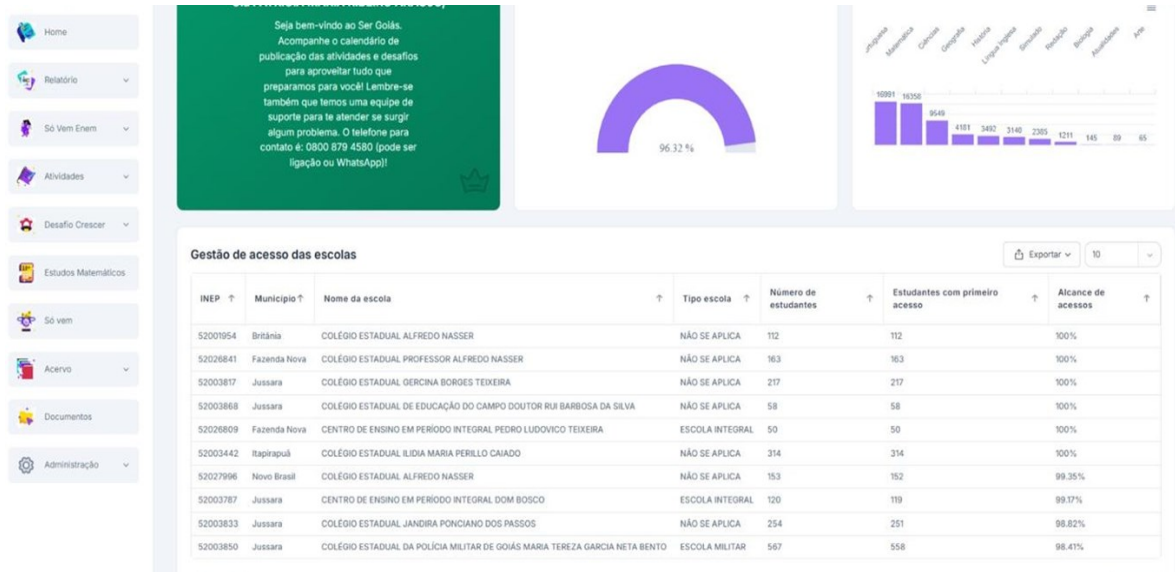
25.324

Atividades finalizadas nos últimos 30 dias



131

Estudantes que nunca acessaram



Língua Portuguesa

Matemática

Língua Inglesa

Meio Ambiente

Boas-vindas

Desafio Crescer

Todos os Desafios

Ciências
 Língua Portuguesa
 Matemática
 Redação
 Simulado

Estudos Matemáticos

Atividades

Atividades de Ciências

Fase 1

Fase 1 - Tai pai, tai filho? Desvendando os mistério...

Fase 1

Fase 1 - As rochas contam histórias: explorando os...

Fase 1

Fase 1 - De onde vem a força? Explorando as...

Fase 1

Fase 1 - Quente ou frio? Desvendando os mistério...

Fase 2

Fase 2 - Formas de propagação do calor

Fase 2

Fase 2 - 1ª Lei de Mendel

< Resultado da busca

ods

Exibindo 1 resultados para "ods" Atividade



Ao lado está o resultado da sua busca. Fique à vontade para modificá-lo quando quiser.

Ano escolar

☒ 1ª Série
 ☒ 2ª Série

☒ 3ª Série
 ☒ 3º Ano

☒ 5º Ano
 ☒ 6º Ano

☒ 7º Ano
 ☒ 8º Ano

☒ 9º Ano



Cadernos Orientativos - ODS's

< Resultado da busca

desenvolvimento

Exibindo 2 resultados para "desenvolvimento" Atividade



Ao lado está o resultado da sua busca. Fique à vontade para modificá-lo quando quiser.

Ano escolar

☒ 1ª Série
 ☒ 2ª Série

☒ 3ª Série
 ☒ 3º Ano

☒ 5º Ano
 ☒ 6º Ano

☒ 7º Ano
 ☒ 8º Ano

☒ 9º Ano

Geografia

9º ano



Atividade 2

Atividade 2 - Desenvolvimento...

História

7º ano



Atividade 1

Atividade 1 - A modernidade como padr...

< Atividades

Atividades

Videoaula

Atenção! Você está no modo pré-visualização.

Conteúdos: 1/1

Geografia

Atividade 2 - Desenvolvimento tecnológico e formas de trabalho

Ficha_de_planejamen.pdf

Videoaula

Quiz 1

Quiz 2

Quiz 3



FICHA DE PLANEJAMENTO	
Componente Curricular: Geografia	9º Ano Semana: 02
Professor(a) [REDACTED]	
Unidade Temática Mundo do trabalho	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 04 – Educação de qualidade
Objeto de Conhecimento DC/GO Desenvolvimento tecnológico e formas de trabalho	Metodologia Exemplos históricos do trabalho; Desenvolvimento Tecnológico e o Trabalho; Divisão Internacional do Trabalho (DIT)
Habilidades Específicas BNCC,DC/GO EF09GE13-B	Objetivo específico Entender o conceito de Divisão Internacional do Trabalho e suas implicações globais. Analisar a relação entre desenvolvimento tecnológico e mudanças nas formas de trabalho. Refletir sobre a influência das transformações no trabalho na sociedade contemporânea
Comentários do(a) professor(a)	Referência

Atividades

PMA6789 - Fome zero e agricultura sustentável (ODS 2)

⚠️ Atenção! Você está no modo pré-visualização.

Fome%20zero%20e%20agricultura%20sustent%C3%A1vel%20-%20ODS%202.pdf

Download

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Educação para o Desenvolvimento Sustentável na Escola

Fome zero e agricultura sustentável

ODS

Meio Ambiente

Cadernos Orientativos - ODS

PMA6789 - Fome zero e agricultura sustentável (ODS 2)

PMA6789 - Saúde e bem-estar (ODS 3)

PMA6789 - Educação de qualidade (ODS 4)

PMA6789 - Água e saneamento (ODS 6)

PMA6789 - Cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11)

PMA6789 - Consumo e produção responsáveis (ODS 12)

PMA6789 - Ação contra a mudança global do clima (ODS 13)



- Todas as Atividades
- Ciências
- Geografia
- História
- Língua Portuguesa
- Matemática
- Língua Inglesa
- Meio Ambiente
- Boas-vindas
- Desafio Crescer
- Todos os Desafios
- Ciências
- Língua Portuguesa
- Matemática

Atividades

Videoaula

Atenção! Você está no modo pré-visualização.

Conteúdos: 1/1

ATIVIDADE 01 - CIÊNCIAS - 8º ANO

8º ano

Copiar link

Atividade 1

0:00

Avançar

Ciências

Atividade 1 - Fontes de energia renovável e não renovável

Ficha_de_planejamen.pdf

Videoaula

Quiz 1

Quiz 2

Quiz 3



- Todas as Atividades
- Ciências
- Geografia
- História
- Língua Portuguesa
- Matemática
- Língua Inglesa
- Meio Ambiente
- Boas-vindas
- Desafio Crescer
- Todos os Desafios
- Ciências
- Língua Portuguesa
- Matemática

Atividades

Videoaula

Atenção! Você está no modo pré-visualização.

Conteúdos: 1/1

ATIVIDADE 03 - GEOGRAFIA - 6º ANO

6º ano

Copiar link

Atividade 3

0:00

Avançar

Geografia

Atividade 3 - Ciclo da água: escoamento em ambientes urbanos e rurais

Ficha_de_planejamen.pdf

Videoaula

Quiz 1

Quiz 2

Quiz 3



- Home
- Relatório
- Só Vem Enem
- Atividades
- Desafio Crescer
- Estudos Básicos
- Estudos Matemáticos

SóVem - Atividades

O que é sustentabilidade e qual seu impacto?

Você sabe o que é ser sustentável? Bom, em poucas palavras, alguém ou alguma empresa é sustentável quando alinha quatro pilares:

Ser ecologicamente correto: não devemos esgotar os recursos da natureza. Precisamos tratar o meio ambiente com respeito, equilibrando o que retiramos da natureza em troca do que oferecemos.

Ser economicamente viável: quando falamos em sustentabilidade devemos entender que ela não quer ou deve interromper um desenvolvimento, mas sim uma nova forma de pensar em meios de crescimentos econômicos sem agredir o meio ambiente.

1 / 1

Próximo

Fase 2

Voltar para a trilha

Embarcar

Navegar

Ancorar

Explorando a sustentabilidade



- Home
- Relatório
- Só Vem Enem
- Atividades
- Desafio Crescer
- Estudos Básicos
- Estudos Matemáticos

SóVem - Atividades

Mas você não está sozinho! Nesta fase a **persistência** é palavra-chave!
Vamos expandir nosso entendimento sobre propósito, debatendo:

- sustentabilidade
- upcycling
- consumo e produção responsáveis

Tudo isso como alternativas de preservação de recursos e respeito ao meio ambiente para promover **impacto social** por meio de nossas ações!

Só vem que a fase 2 começou!

1 / 1

Próximo >

Fase 2

[Voltar para a trilha](#)

Embarcar

- > 2 - Apresentação
- > o que podemos aprender

Navegar

Ancorar



- Home
- Relatório
- Só Vem Enem
- Atividades
- Desafio Crescer
- Estudos Básicos
- Estudos Matemáticos

SóVem - Atividades

Oii! Já estamos na Fase 6: Água para todos. Não é sensacional tudo o que a gente aprendeu até aqui?!

A missão da turma do #SóVem é nos fazer pensar sobre o impacto que nossas ações tem no mundo!

por que?

Porque precisamos contribuir com o mundo de maneira significativa e com propósito.

É uma missão árdua, não concorda? Mas juntos, com trabalho em equipe, vamos conseguir. Só vem!

1 / 1

Próximo >

Fase 6

[Voltar para a trilha](#)

Embarcar

- > 6 - Apresentação

Navegar

Ancorar

- Home
- Relatório
- Só Vem Enem
- Atividades
- Desafio Crescer
- Estudos Básicos
- Estudos Matemáticos

< SóVem - Atividades

Veja abaixo os objetivos que o Trabalho em equipe e a jornada da fase 6 vão nos ajudar a alcançar:

TRABALHO EM EQUIPE

- Comprometer-se com uma escuta empática e ativa.
- Promover tomadas de decisões com base na decisão democrática.
- Refletir e pesquisar sobre a falta de água.
- Refletir sobre as nossas responsabilidades em tomadas de decisões em grupo.

1 / 1

Próximo >

Fase 6

[Voltar para a trilha](#)

Embarcar

- > 6 - Apresentação
- > 6 - O que podemos aprender
- > 6 - Objetivos

Navegar

Ancorar

- Home
- Relatório
- Só Vem Enem
- Atividades
- Desafio Crescer
- Estudos Básicos
- Estudos Matemáticos

< SóVem - Atividades

No episódio, Gabi, Catarina e João discutem sobre o que podem fazer para ajudar a moradora sobre a questão da água potável e saneamento básico. Mas antes, vamos entender um pouco melhor esse assunto?

ÁGUA POTÁVEL

É aquela que reúne características que a coloca na condição própria para o consumo do ser humano (principalmente para beber). Portanto, a água potável deve estar livre de qualquer tipo de contaminação.

1 / 1

Próximo >

Fase 6

[Voltar para a trilha](#)

Embarcar

Navegar

- > 6 - É hora de navegar
- > 6 - Trabalho em equipe
- > 6 - Conceito
- > 6 - Dica
- > 6 - Plano de ação
- > 6 - Hábitos importantes
- > Episódio 6 - Água para todos
- > 6 - Água potável

- Home
- Relatório
- Só Vem Enem
- Atividades
- Desafio Crescer
- Estudos Básicos
- Estudos Matemáticos

< SóVem - Atividades

SANEAMENTO básico

É um conjunto de serviços fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico de uma região tais como abastecimento de água, esgoto, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais.

curiosidade

O saneamento básico é um direito garantido pela Constituição Federal e instituído pela Lei nº. 11.445/2007.

1 / 1

Próximo >

Fase 6

[Voltar para a trilha](#)

Embarcar

Navegar

- > 6 - É hora de navegar
- > 6 - Trabalho em equipe
- > 6 - Conceito
- > 6 - Dica
- > 6 - Plano de ação
- > 6 - Hábitos importantes

- Home
- Relatório
- Só Vem Enem
- Atividades
- Desafio Crescer
- Estudos Básicos
- Estudos Matemáticos

SóVem - Atividades

Dentre esses ODS, destacamos nesta fase o de número seis "Água potável e saneamento limpo":

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

"Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos."

1 / 1

Próximo >

Fase 6

[Voltar para a trilha](#)

Embarcar ✓

Navegar ✓

Ancorar ✓

Expandir

> 6 - ODS 6

- Home
- Relatório
- Só Vem Enem
- Atividades
- Desafio Crescer
- Estudos Básicos
- Estudos Matemáticos

SóVem - Atividades

Olá, navegante! Tudo bem? Chegamos na fase 11: Era uma vez Igualdade de Gênero e Empoderamento.

Em diversos momentos durante a jornada no Só vem, discutimos como o nosso propósito as nossas inspirações podem nos ajudar a atingir nossos objetivos. Nesta fase não será diferente, vamos investigar e trabalhar o empoderamento feminino.

Esse diálogo ganha força quando os meninos entendem que a igualdade de gênero é uma responsabilidade de todos! Só vem que a fase 11 começou!

1 / 1

Próximo >

Fase 11

[Voltar para a trilha](#)

Embarcar

> 11 - Apresentação

Navegar

Ancorar

- Home
- Relatório
- Só Vem Enem
- Atividades
- Desafio Crescer
- Estudos Básicos
- Estudos Matemáticos

SóVem - Atividades

O empoderamento

Vamos entender melhor agora!

O empoderamento passou a ser visto como uma ferramenta importante para promover a justiça social, a igualdade de gênero e a redução da pobreza.

1 / 1

Próximo >

Fase 11

[Voltar para a trilha](#)

Embarcar ✓

Navegar

> 11 - Abertura

> 11 - Conceito

> 11 - O empoderamento